

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

"A Universidade de Évora é uma janela aberta para o mundo, implantada no Alentejo. Através dela, flui o conhecimento em que deverá assentar a inovação e a competitividade das empresas, a destreza dos serviços, a valorização dos recursos e a formação dos cidadãos. O ADN regionalista da Universidade de Évora encontra-se espelhado nas iniciativas regionais em que a sua responsabilidade é notória, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, o Tecnopólo de Sines e a Fundação Ammaia. A Universidade de Évora, gestora de vastas áreas agrícola, partilha as preocupações dos agricultores alentejanos, mas também nesta vertente, procura implementar soluções inovadoras. A Universidade de Évora, pretende em colaboração com outras Instituições de Ensino superior nacionais e internacionais e centros de investigação, incentivar a formação de um largo consórcio de ensino superior e de investigação, experimentação e desenvolvimento tecnológico..."

Prof.ª Ana Maria Costa Freitas - Reitora da Universidade de Évora





Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

António Dieb

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Carlos Almeida
Fátima Bacharel
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

Prof.ª Ana Maria Costa Freitas
Reitora da Universidade de Évora

Edição:

Junho 2014

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

10

Tema em destaque 1:

A Problemática da Ocupação Dispersa Abordada em Seminário no Alentejo

18

Tema em destaque 2:

Aplicação de Fundos do QREN na Região Alentejo – Programas, Distribuição Territorial e Potenciais Impactos

26

Opinião:

O Alentejo tem Universidade

32

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Situação em 30-06-2014

36

Reunião da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO

37

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Investimentos em destaque



Nota de Abertura

O Boletim “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” nesta sua 13ª edição continua a pautar-se por uma linha editorial muito própria:

- Apresentar temas relevantes e com interesse para a região e para os seus agentes e que sejam passíveis de contribuir para o desenvolvimento regional;
- Dar “voz” à opinião de entidades regionais com responsabilidades no processo de desenvolvimento regional

Nesta edição, a colaboração externa chega-nos da Universidade de Évora, através da opinião expressa pela Sua Reitora, e em que se perspectivam os caminhos que a Universidade de Évora deve percorrer no curto e médio prazo como forma de consolidar a sua participação no desenvolvimento do Alentejo e do país e de afirmar a sua notoriedade nacional e internacional nos domínios do conhecimento essenciais aos processos de inovação e de competitividade das empresas, da valorização dos recursos e da formação/qualificação dos cidadãos.

Na conjuntura regional, de realçar a evolução favorável da taxa de desemprego, sendo que a população empregada atingiu valores idênticos aos verificados em Junho de 2013 e tem uma variação positiva de 2,4% face aos valores verificados no último trimestre.

Também as licenças de construção voltaram a revelar uma variação positiva. Neste âmbito, e mais uma vez, assinalar o continuado crescimento do sector turístico com o aumento do número de dormidas e dos proveitos da actividade turística.

A problemática da ocupação dispersa foi objecto de seminário organizado conjuntamente entre a CCDR Alentejo e a CM de Évora, tendo em conta a sua importância numa região como o Alentejo, territorialmente muito vasta e com um povoamento muito concentrado. A reflexão e o debate realizado constituem-se como elementos importantes para o futuro, assinalando-se que a procura de tipologias habitacionais nos espaços periféricos das cidades que as áreas centrais, nomeadamente os centros históricos, não têm vindo a disponibilizar não pode continuar a significar o avanço indiscriminado e desordenado da urbanização para fora dos perímetros urbanos das cidades.

No que respeita à aplicação dos fundos comunitários na Região destaque para a síntese do estudo “Aplicação de Fundos do QREN na Região Alentejo - Programas, Distribuição Territorial e Potenciais Impactos”, bem como para a execução do INALENTEJO e da aprovação da reprogramação que vai permitir concluir o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva até ao final de 2015 ■

António Dieb

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Cegonhas - Coruche



Conjuntura Regional

2º Trimestre de 2014

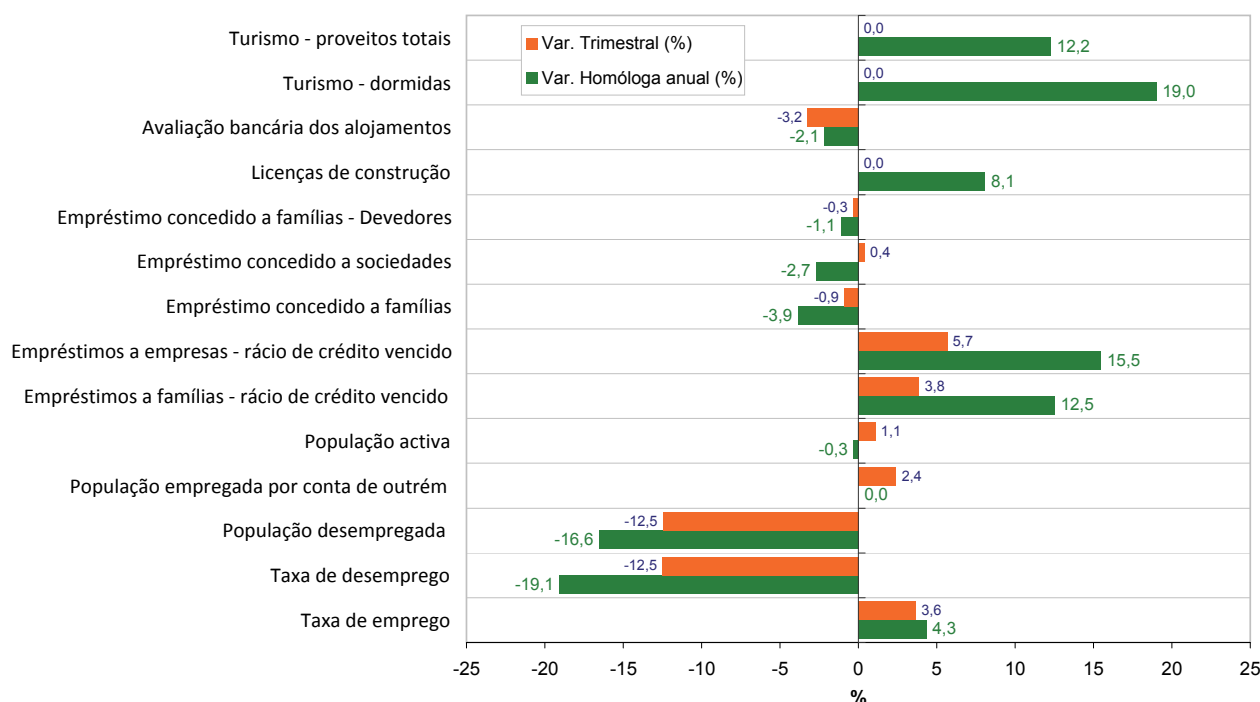
No final do segundo trimestre de 2014 a taxa de desemprego na região atingia os 14%, tendo registado uma evolução favorável (variação negativa de 12,5%), face ao primeiro trimestre. Se se comparar o valor agora verificado com o valor do 2º trimestre de 2013, a variação é de -19,1%, o que traduz uma situação bastante favorável, no contexto de crise que ainda se verifica. Assim, apesar de no 1º trimestre deste ano, face a Dezembro de 2013, se ter verificado que a taxa de desemprego havia subido ligeiramente (uma variação positiva de 2,6%), no período em apreço a evolução descendente foi retomada. Esta situação é coerente com o crescimento de 3,6% da taxa de emprego, face ao trimestre anterior e de 4,3% face ao mesmo período do ano passado (a taxa de emprego passou de 45,1% em Março de 2013 para 46,3% em Março de 2014 e para 48,3% em Junho deste ano).

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 2º Trimestre de 2014

INDICADORES	Variação Homóloga (Anual %)	Variação Trimestre %	Período actual		Ano anterior		Fonte
			Data	valor	ano anterior	valor	
Taxa de Emprego %	4,3	3,6	2ºTrimestre 2014	48,3	2ºTrimestre 2013	46,3	INE
Taxa de desemprego %	-19,1	-12,5	2ºTrimestre 2014	14,0	2ºTrimestre 2013	17,3	INE
População desempregada (Nº)	-16,6	-12,5	Junho 2014	37831	Junho 2013	45336	IEFP
População empregada por conta de outrém (Milh.)	0,0	2,4	2ºTrimestre 2014	247	2ºTrimestre 2013	247	INE
População activa (Milh.)	-0,3	1,1	2ºTrimestre 2014	360,1	2ºTrimestre 2013	361,2	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	12,5	3,8	Março 2014	5,4	Março 2013	4,8	Banco Portugal
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	15,5	5,7	Março 2014	11,2	Março 2013	9,7	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias 10 ⁶ €	-3,9	-0,9	Março 2014	9032	Março 2013	9395	Banco Portugal
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	-2,7	0,4	Março 2014	5383	Março 2013	5532	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	-1,1	-0,3	Março 2014	309,4	Março 2013	312,8	Banco Portugal
Licenças de construção (Nº fogos)	8,1	*	Maio 2014	67	Maio 2013	62	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	-2,1	-3,2	Junho 2014	866	Junho 2013	885	INE
Turismo: dormidas (nº)	19,0	*	Maio 2014	117881	Maio 2013	99064	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	12,2	*	Maio 2014	5179	Maio 2013	4614	INE
Variação homóloga = Variação no ano; Variação no Trimestre = dados mais actuais vs. trimestre anterior							
* Variação no trimestre no sector do turismo influenciada pela sazonalidade do fenómeno							

A população empregada, no 2º trimestre deste ano atingiu valores idênticos aos verificados em Junho de 2013 e tem uma variação positiva de 2,4% face aos valores verificados no último trimestre. A população activa depois de ter assumido variações negativas no último trimestre, quer a comparação fosse com o período homólogo, quer fosse com o trimestre anterior, neste trimestre tem uma variação positiva de 1,1% face ao trimestre anterior, apesar de ainda decrescer -0,3% face ao 2º trimestre de 2013. Também a variação da população desempregada é no sentido positivo, dado que o seu número diminuiu, quer face ao período homólogo (-12,5%), quer face ao trimestre anterior (-16,6%).

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação trimestral e anual homóloga - 2º Trimestre de 2014



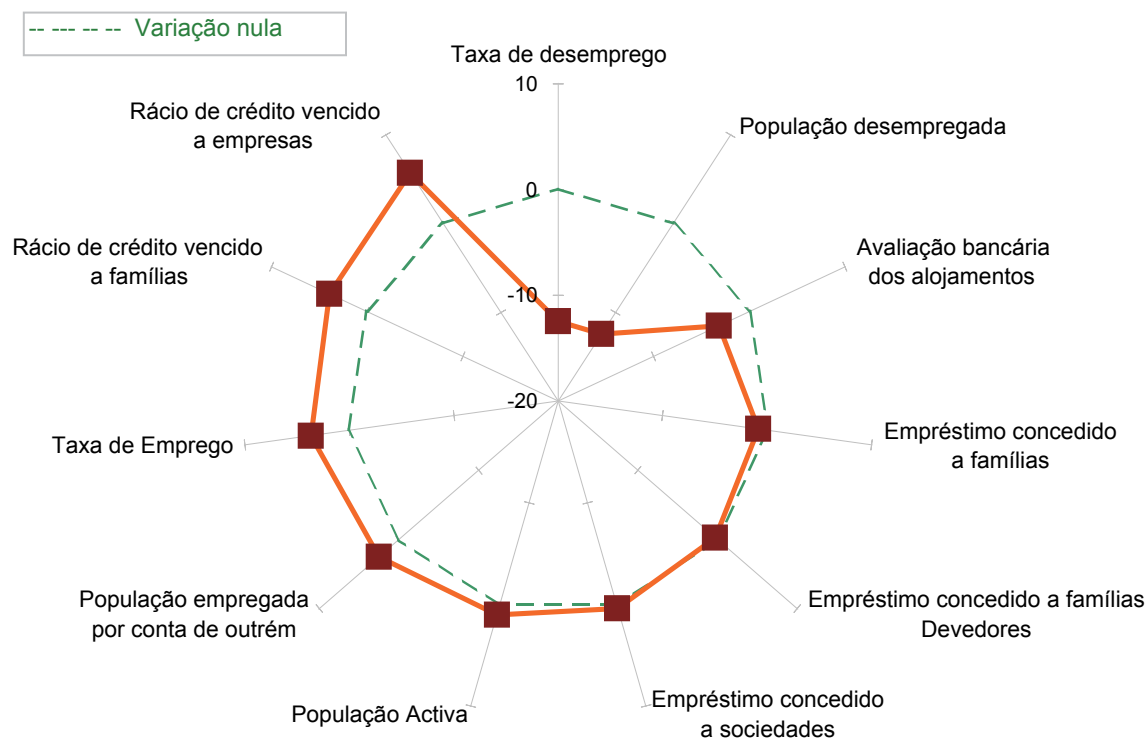
As licenças de construção, após a evolução negativa do último trimestre, voltaram a revelar uma variação positiva, que chegou ao valor de 131% face ao trimestre anterior. Este indicador continua a revelar grandes descontinuidades na sua evolução, sendo de referenciar os pequenos valores em análise (as 60 licenças de construção registadas em Dezembro passaram para 29 no 1º trimestre 2014, sendo que em Março de 2013 tinham sido 27 e agora são 67 licenças).

A avaliação bancária dos alojamentos, aferida pelo valor por m², regista uma evolução negativa, quer no que concerne à comparação com o período homólogo (-2.1%), quer com o último trimestre (-3.2%). A evolução que se tem registado, tem sido a seguinte: em Março de 2013 registou-se um valor de 893€/ m², em Junho do mesmo ano o valor de 885€/m², em Setembro o valor era de 915€/ m², tendo passado para 877€/ m² em Dezembro; em Março 2014 assume o valor de 895€/ m² para no 2º trimestre apresentar um valor de 866€/ m². Verifica-se assim, que as variações de subida e descida do preço do m² têm vindo a ser alternadas, por trimestre, tendo neste trimestre assumido o valor mais baixo, desde Março de 2013.

Quanto ao turismo, referência para o aumento do número de dormidas, que pese embora as variações provocadas pela sazonalidade, é possível quantificar num aumento de 19% a sua variação anual homóloga. A variação dos proveitos da actividade turística é similar, registando-se uma evolução positiva face ao período homólogo (12,2%) e também ao trimestre anterior, o que perspectiva uma continuidade na evolução favorável do sector.



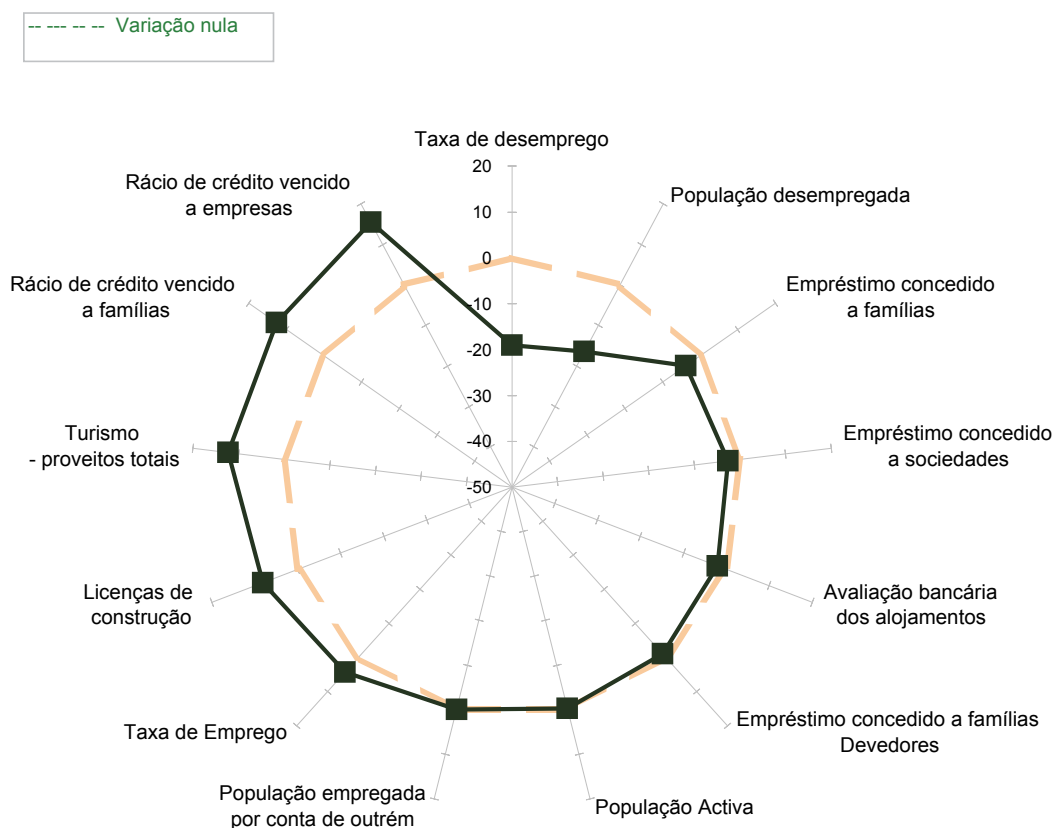
Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação trimestral - 2º Trimestre de 2014 vs 1º Trimestre de 2014



Quanto aos empréstimos concedidos às famílias, regista-se um decréscimo, quer quando comparamos com o trimestre anterior (-0,9%), quer com o período homólogo (-3,9%). Já os empréstimos às sociedades, tiveram uma variação ligeiramente positiva quando os valores são comparados com o trimestre anterior (0,4%) apesar do valor resultante da comparação com o período homólogo ser negativo (-2,7%).



Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação anual homóloga - 2º Trimestre de 2014 vs 2º Trimestre de 2013



Os empréstimos das famílias (devedores) também tiveram variação negativa. O rácio de crédito vencido referente aos empréstimos às famílias aumentou quer quando se compara com o trimestre anterior (3,8%), quer com o período homólogo (12,5%), tendência continuada do trimestre anterior, apesar da tendência inversa que se vinha verificando no final de 2013. No sector das empresas, os empréstimos com rácio de crédito vencido também continuam a registar um aumento, tanto quanto ao período homólogo (variação de 15,5%) como quanto ao trimestre anterior (variação de 5,7%).■



Tema em destaque I

A PROBLEMÁTICA DA OCUPAÇÃO DISPERSA ABORDADA EM SEMINÁRIO NO ALENTEJO

1. Enquadramento

A edificação dispersa é um tema que tem vindo a ser abordado nos últimos anos, quer do ponto de vista da investigação quer no âmbito da regulamentação em instrumentos de gestão territorial no contexto dos modelos de intervenção em solo rural. Preservar e valorizar os espaços rurais e a paisagem tem vindo a constituir o princípio da ocupação de áreas já devidamente infraestruturadas, contrariando o abandono dos centros urbanos. A procura de tipologias habitacionais nos espaços periféricos das cidades que as áreas centrais, nomeadamente os centros históricos, não têm vindo a disponibilizar não pode continuar a significar o avanço indiscriminado e desordenado da urbanização para fora dos perímetros urbanos das cidades.

Numa organização conjunta da Câmara Municipal de Évora e CCDR Alentejo, realizou-se no passado dia 22 de Maio no Auditório da Comissão de Coordenação, o Seminário Ocupação Dispersa: Custos e Benefícios à Escala Local, no decorrer do qual foi feita uma apresentação de um trabalho de investigação, que pretende precisar o conceito e estabelecer conclusões e recomendações face às necessidades de ordenamento de áreas não planeadas, mas existentes e que foi desenvolvido pelas Universidades de Aveiro e Évora e pela Direcção Geral do Território que o publicou (Ocupação Dispersa: Custos e Benefícios à Escala Local; DGT, 2013). A apresentação deste foi feita pela equipa que desenvolveu o estudo tendo sido feita pela CCDR Alentejo uma abordagem do tema ao nível regional e a exposição sobre dois casos concretos dos municípios de Castelo de Vide e Marvão e Santiago do Cacém, nomeadamente no que se refere às soluções equacionadas e adoptadas no quadro das opções estabelecidas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

2. Projeto de Investigação Ocupação Dispersa, Custos e Benefícios – principais conteúdos e conclusões do estudo de investigação (que não dispensam a consulta do documento original para a sua total compreensão)

Os objectivos centrais deste projecto de investigação foram formular e fundamentar uma atitude perante a tendencial dinâmica de alastramento da dispersão e estabelecer recomendações para o ordenamento dos fenómenos de dispersão existentes.

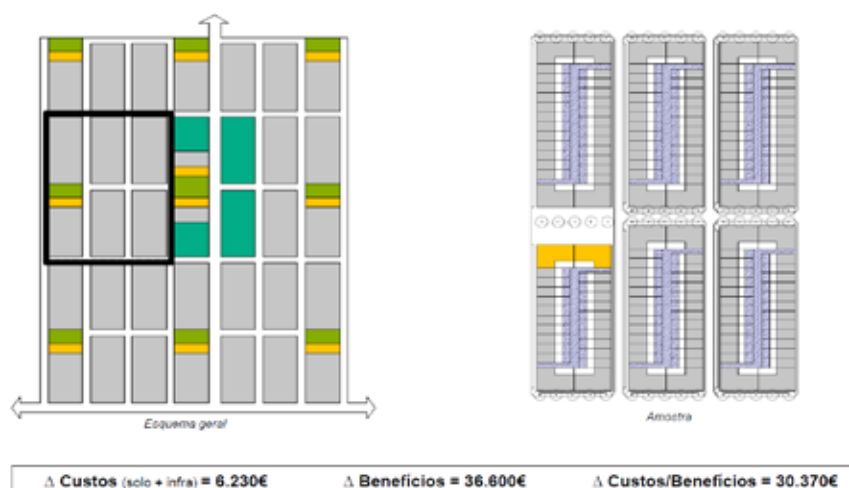
Trata-se de um conceito híbrido urbano/rural; - avanço do urbano sobre o rural; - mas em que a “mistura” se manterá, tendo-se adoptado para a sua análise a Escala Local e a Unidade Territorial de Base (UTB) enquanto realidade vivencial/funcional (com dimensão suficiente para dispor de serviços e equipamentos próprios), recorrendo à História (para as formas urbanas concentradas) e à investigação específica (para as dispersas):

2.1. Unidades Territoriais de Base (UTB) padrão adoptadas e respectivos exemplos

UTB CONCENTRADAS

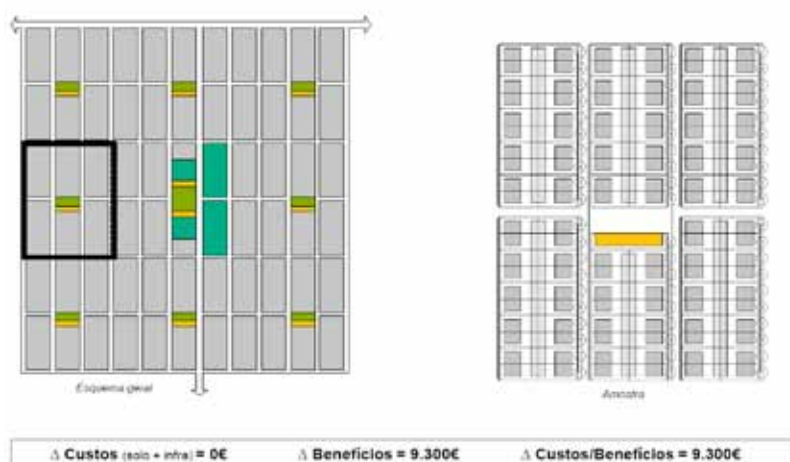
Clássica de edifícios uni/bi-funcionais

UTB concentrada, clássica de edifícios uni/bifuncionais



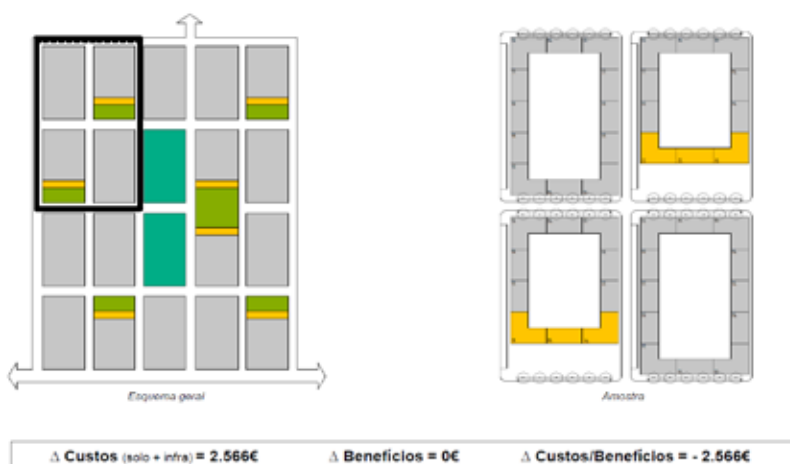
Modernista de edificios uni/bi-funcionais

UTB concentrada, modernista de edificios uni/bifuncionais

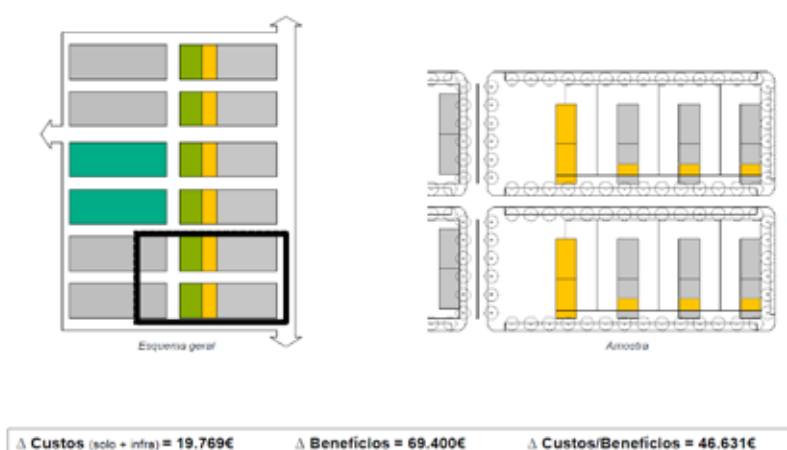


Modernista de edificios colectivos

UTB concentrada, clássica de edificios colectivos



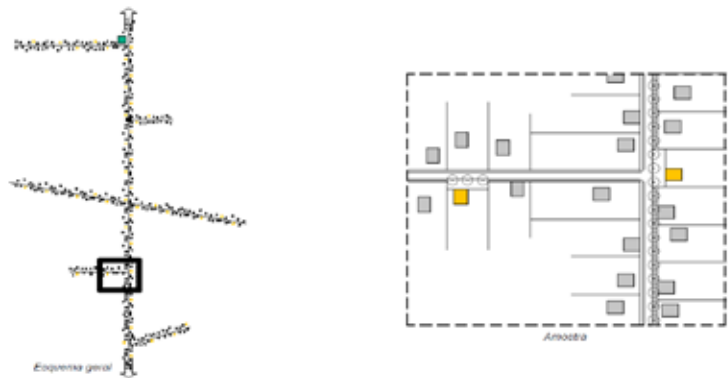
UTB concentrada, modernista de edificios colectivos



UTB DISPERSAS

Linear, de edificação continuada

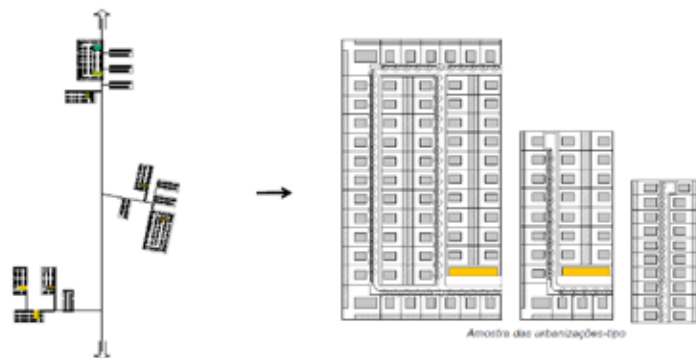
UTB dispersa, linear de edificação continuada



Δ Custos (solo + infra) = 44.369€	Δ Benefícios = 33.700€	Δ Custos/Benefícios = - 10.669€
--	-------------------------------	--

De manchas de urbanizações pontuais

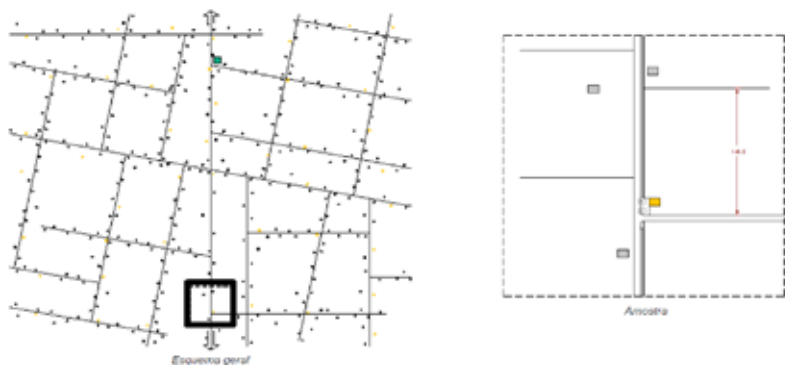
UTB dispersa, de manchas de urbanizações pontuais



Δ Custos (solo + infra) = 46.652€	Δ Benefícios = 43.600€	Δ Custos/Benefícios = - 3.052€
--	-------------------------------	---------------------------------------

Uniforme, de edificação pontual

UTB dispersa, uniforme de edificação pontual



Δ Custos (solo + infra) = 75.720€	Δ Benefícios = 43.600€	Δ Custos/Benefícios = - 32.120€
--	-------------------------------	--

2.2. Custos e Benefícios

O Estudo tomou como conceito de partida:

Benefício = Qualidade de Vida, tendo como factores de Qualidade de Vida

- Rendimento
- Emprego, realização profissional
- Relações sociais, familiares,
- Local de residência:
 - Escala Alargada (Região, Cidade)
 - Escala Local (... , Forma de Ocupação)
 Adoptou como primeira precisão: Apreço pelo Local de Residência e como segunda precisão: Apreço pela Forma de Ocupação do Local de Residência.
- Habitação.

Partiu da **identificação dos seguintes custos**

- Preço do solo (não considerada localização mas forma de ocupação, variando apenas em função da área ocupada)
- Custos de infraestrutura (conceito lato, incluindo equipamentos locais)
 - Rede elétrica e iluminação pública
 - Rede de abastecimento de água
 - Rede de águas residuais
 - Rede de gás
 - Rede de telecomunicações
 - Rede de gestão de resíduos urbanos
 - Espaço Público (e rede pluvial)
 - Deslocação a equipamentos de escala local
- Custos de mobilidade dos residentes (custos internos e externalidades)
- “Outras” externalidades (identificados impactos sobre recursos e valores naturais, áreas agrícolas e florestais, património edificado, estrutura ecológica e paisagem)

Concluiu para cada uma das formas de ocupação os seguintes Custos/ Benefícios (por fogo):

Custos/Benefícios (por fogo)

Tipos de Ocupação	Δ Custo de Infraestruturas		Δ Custo do Solo	Δ Custo		Δ Benefícios	Δ Benefícios - Δ Custos	
	Nível de serviço A	Nível de serviço B ou C		Nível de serviço A	Nível de serviço B ou C		Nível de serviço A	Nível de serviço B ou C
clássica de edifícios uni ou bifuncionais	2,9 mil €	-	3,4 mil €	6,2 mil €	-	36,6 mil €	30,4 mil €	-
clássica de edifícios coletivos	0,6 mil €	-	1,9 mil €	2,6 mil €	-	0,0 mil €	-2,6 mil €	-
modernista de edifícios coletivos	0,0 mil €	-	0,0 mil €	0,0 mil €	-	9,3 mil €	9,3 mil €	-
modernista de edifícios uni ou bifuncionais	8,9 mil €	-	10,9 mil €	19,8 mil €	-	69,4 mil €	49,6 mil €	-
dispersa, linear de edificação continuada	15,5 mil €	12,5 mil € serviço B	31,9 mil €	47,3 mil €	44,4 mil € serviço B	33,7 mil €	-13,6 mil €	-10,7 mil € serviço B
dispersa, de manchas de urbanizações pontuais	19,5 mil €	15,4 mil € serviço B	31,3 mil €	50,7 mil €	46,7 mil € serviço B	43,6 mil €	-7,2 mil €	-3,1 mil € serviço B
dispersa, uniforme de edificação pontual	65,0 mil €	34,6 mil € serviço C	41,2 mil €	106,2 mil €	75,7 mil € serviço C	43,6 mil €	-62,6 mil €	-32,1 mil € serviço C

Neste contexto e da análise deste quadro poder-se-á concluir em termos de custos/benefícios:

- A ocupação concentrada é preferível à ocupação dispersa;
- O apreço por edifícios unifamiliares em ocupação concentrada parece justificar custos acrescidos
- Há uma grande variabilidade de custos na ocupação dispersa, na razão inversa da densidade linearizada
- Uma boa solução poderá passar pela ocupação concentrada, de edifícios unifamiliares, em lotes de frente reduzida, e com serviços próximos.

2.3. Metodologia para a delimitação de conjuntos edificados

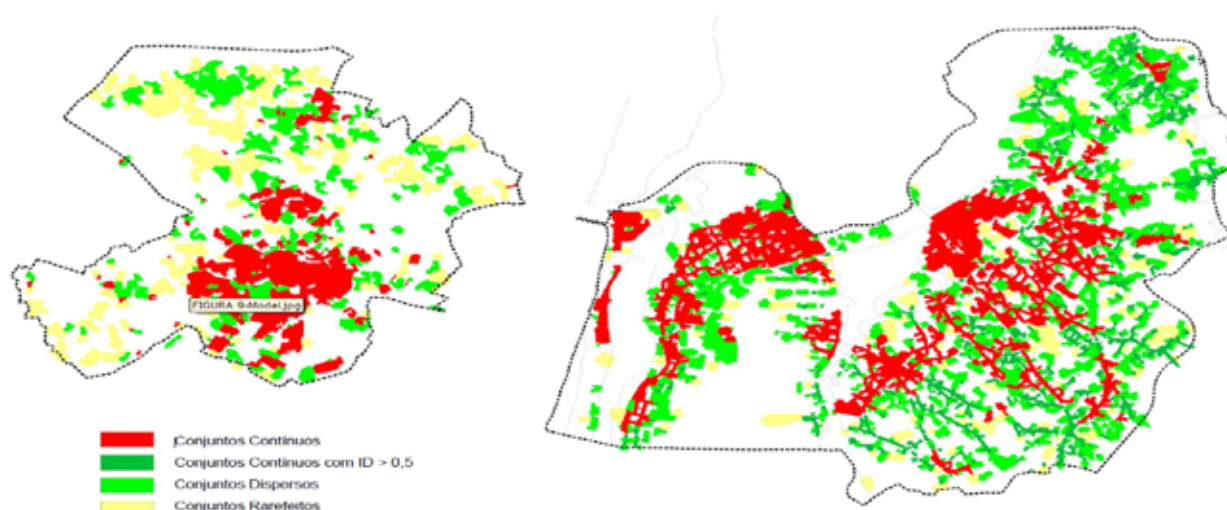
Como delimitar Conjuntos Edificados (Concentrados E Dispersos)? Exemplo de Évora

Método Digital para a Agregação de Edifícios

Crítérios	Conj. Contínuos	Conj. Dispersos	Conj. Rarefeitos
Distância máxima entre edifícios	10m	45m	80m
Área de influência de vias que marginam edifícios	40m	80m	120m
Dimensão de "ilhas" e "penínsulas"	5.000m ²	10.000m ²	20.000m ²

Classificação Final para Évora e Aveiro-Ílhavo de Conjuntos de Edifícios (concentrados, dispersos e rarefeitos)

Conjuntos de Edifícios (Concentrados, Dispersos e Rarefeitos) Classificação Final



2.4. Ocupação Dispersa : Assumir, Ordenar.

Tendo em conta que a problemática da **Ocupação Dispersa** terá que ser encarada na perspectiva de **Assumir e Ordenar**, é, no entanto, imprescindível tornar perceptível o custo da opção de viver nessa situação para o que deverão ser divulgados os respectivos custos públicos e privados e utilizar a taxação urbanística e imobiliária tanto como instrumento pedagógico como instrumento de ordenamento do território.

3. Abordagem da Ocupação Dispersa a Nível Regional

Tendo presentes as conclusões do estudo de investigação e ainda que a taxa de variação da urbanização, cresceu 40% de 1990 para 2007 e seria, de acordo com a Direcção Geral do Território, de 7% da área total do território português se concretizadas as áreas previstas nos instrumentos de gestão territorial, foi determinante no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, aprovado em 2010 assumir como abordagem ordenar as áreas de ocupação dispersa, com os inerentes custos e benefícios, apesar de muito pouco expressivas na região em relação ao resto do país, tendo como princípios:

- O espaço rural é marcante na identidade desta região;
- As suas perspectivas de evolução passam pela valorização económica de recursos endógenos singulares e respectivas formas de operacionalização;
- É o próprio espaço rural que constitui a fundamentação e pertinência da construção de um modelo territorial de aplicação das políticas públicas que possa vir a conseguir uma perspectiva inovadora sobre os territórios de baixa densidade.

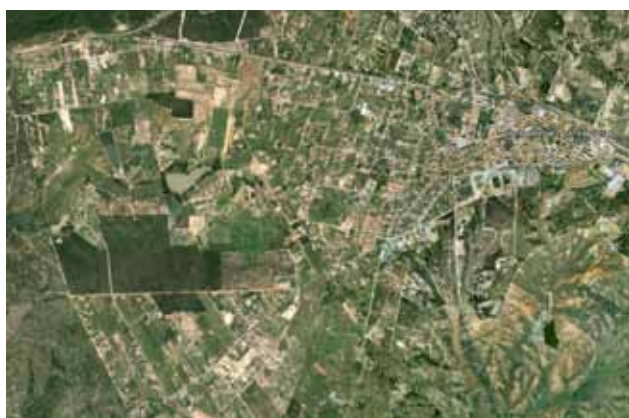
Foram identificadas seis tipologias dominantes de edificação em solo rural, algumas das quais configurando modelos de ocupação dispersa:

Edificação isolada em grande propriedade – as linhas de tendência revelaram a redução da função habitacional, mantendo o edificado em áreas de potencial agrícola, por vezes com desenvolvimento de actividades complementares, como o turismo ou a agro-indústria. O PROTA estabeleceu orientações no âmbito da edificação isolada e dos empreendimentos turísticos isolados.



Edificação isolada em pequena propriedade em contextos diferentes (foros, serra e edificação peri-urbana ou edificação desestruturada); aglomerados rurais; área de fraccionamento ilegal e áreas de desenvolvimento turístico.

A edificação isolada em pequena propriedade nas situações de foros e serra mostrou como linhas de tendência um misto de funções rural e urbano com perspectivas de reconversão e qualificação se em localização favorável (sobretudo em serra). Também aqui o PROTA estabeleceu orientações no âmbito da edificação isolada e dos empreendimentos turísticos isolados.



A tendência dominante da edificação isolada em pequena propriedade nas situações periurbana, desestruturada e de fraccionamento ilegal foi uma certa estabilização após grande procura, mantendo um misto de funções rural e urbano. Se em localização favorável, sobretudo no litoral, foram objecto de reconversão e qualificação. O PROTA estabeleceu orientações específicas para a costa alentejana, e a elaboração de planos de urbanização e planos de pormenor para as áreas de edificação em solo rural periurbano ou outras áreas de edificação dispersa desestruturadas, bem como as condições para o estabelecimento de núcleos de desenvolvimento turístico e estabelecimentos hoteleiros isolados.



Conjuntos edificados correspondentes a áreas com expressão territorial em solo rural (por exemplo assentos de lavoura ou indústrias...) e aglomerados rurais, desempenham tendencialmente um papel determinante na manutenção do espaço rural, mas com propensão para o abandono, acompanhado de degradação do edificado, podendo eventualmente quando apresentam localização favorável ser objecto de reconversão/qualificação.

O PROTA estabeleceu como orientações específicas o estudo caso a caso no âmbito do PDM com possibilidade de duas abordagens – no âmbito das orientações sobre edificação isolada ou definição de perímetro urbano em PDM com quadro de objectivos e parâmetros urbanísticos de referência a concretizar em Plano de Urbanização.



Para a edificação turística o PROTA estabeleceu como tipologias para o espaço rural os núcleos de desenvolvimento turístico e estabelecimentos hoteleiros isolados, as respectivas condições gerais de definição e possibilidades de localização. Os NDT nomeadamente são a equacionar em PDM e desenvolver através de PU ou PP, com concretização sujeita a contrato de execução e com área de implantação a constituir unidade de execução. Para os eti foram desde logo estabelecidas as formas de implementação no normativo do PROTA.



Neste quadro, as normas do PROT Alentejo foram estruturadas por forma a fornecer instrumentos para o reordenamento das áreas de ocupação dispersa que reclama soluções, que, até esta data, nenhum outro instrumento tratou com carácter operativo, eficácia e sentido da realidade como o plano regional o fez.

Não menos importante, é ter em conta que o sistema urbano e de suporte à coesão territorial se organiza em torno de uma rede de centros e de um grupo de subsistemas urbanos, complementados por um tecido coeso de centros de pequena e muito pequena dimensão económica e social, que mantêm o mundo rural, enquanto activo específico determinante para o Alentejo. Verdadeiramente preocupante é, porém, o processo de regressão demográfica e consequente despovoamento que vem ameaçando as zonas de baixa densidade, predominantes na região ■

Tema em destaque II

APLICAÇÃO DE FUNDOS DO QREN NA REGIÃO ALENTEJO – PROGRAMAS, DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E POTENCIAIS IMPACTOS

No quadro da política de coesão da União Europeia as denominadas Regiões de Convergência caracterizam-se por apresentarem maiores problemas estruturais e por terem um PIB per capita inferior a 75% da média europeia, sendo por esse motivo as principais destinatárias dos Fundos Comunitários. No caso do Continente português estão nessa situação as Regiões Norte, Centro e Alentejo.

No período compreendido entre 2007 e 2013, a estratégia das intervenções apoiadas pelos Fundos Estruturais encontra-se organizada numa supra-estrutura denominada Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), o qual comporta, entre outros, os Programas Operacionais Temáticos (POPH, COMPETE E POVT) e os Programas Operacionais Regionais. A realização deste trabalho está assente na análise da utilização e efeitos esperados, decorrentes da aplicação de Fundos Comunitários na região Alentejo ao abrigo dos Programas Operacionais Temáticos (POPH, POVT e COMPETE) e PO Regional (INALENTEJO). Para a concretização das análises que seguem utilizou-se informação, reportada a 31 de Dezembro de 2013, recolhida a partir dos quadros fornecidos pelo Observatório do QREN e através de apuramentos efetuados na base de dados SiQREN.

1. O QREN no Alentejo

No contexto global do QREN constata-se que, tal como seria de esperar, as regiões convergência do Continente (Alentejo, Centro e Norte) assumem particular destaque na implementação deste quadro comunitário, pois em conjunto apresentam mais de 50 mil operações aprovadas cerca de 89% do total das operações aprovadas, as quais por sua vez representam valores de investimento total aprovado superiores a 30 mil milhões de euros, aos quais correspondem apoios a nível de Fundos Comunitários que ascendem a 18 mil milhões de euros, representando em qualquer dos casos 84% de investimento total aprovado e de Fundo Comunitário aprovado para Portugal no âmbito dos Programas do QREN, respetivamente.

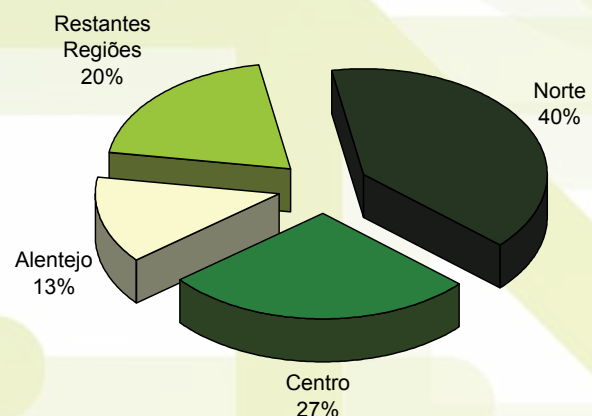
Neste contexto muito particular verifica-se que a região Alentejo acolhe cerca de 13% do total de candidaturas aprovadas e mais de 14 % do investimento total proposto, ao qual corresponde um apoio co-

munitário superior a 3 mil milhões de euros, que representam 13.5% do total de Fundos Comunitários aprovados no âmbito do QREN.

Quadro 1 - Operações Aprovadas no QREN em Portugal

	Número	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	M euros	
QREN	57.651	37.080.600	33.228.481	22.427.076	100,0
Região Norte	25.174	14.224.466	12.799.853	8.873.206	39,6%
Região Centro	18.616	10.329.306	9.217.845	6.132.161	27,3%
Região Alentejo	7.276	5.226.294	4.647.670	3.024.019	13,5%
Região Lisboa	4.082	1.749.428	1.469.069	905.244	4,0%
Região Algarve	1.942	839.279	712.324	428.190	1,9%
Multi-regional convergência	430	1.263.072	1.184.308	895.135	4,0%
Total Continente	57.520	33.631.845	30.031.069	20.257.956	90,3%
Região Autónoma da Madeira		2.024.993	1.918.196	1.453.511	6,5%
Região Autónoma dos Açores		1.383.808	1.239.334	676.111	3,0%
Não regionalizado	117	39.954	39.882	39.498	0,2%

Gráfico1 - Fundo Comunitário Aprovado por Regiões



No Alentejo, à semelhança do que se passa com o resto do País, o Programa Operacional com maior número de candidaturas aprovadas é o POPH, sendo que nesta região representam 52% do total de candidaturas aprovadas nos Programas Operacionais em análise. Quanto aos montantes de investimento, o valor de investimento elegível mais significativo verifica-se ao nível do Programa Operacional dos factores de Competitividade (COMPETE) com cerca

de 32 % do investimento elegível aprovado no âmbito dos PO's do QREN. Já no que respeita à utilização dos Fundos Comunitários o Programa Operacional Valorização do Território (POVT) e o Programa Operacional Regional (INALENTEJO) assumem particular relevância, uma vez que ambos apresentam valores a rondar os 900 milhões de euros, que somados correspondem a cerca de 60% dos fundos comunitários do QREN aprovados para esta região.

Quadro 2 - Programas Operacionais do QREN no Alentejo

	Número de Projectos	Investimento Total	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		Mil euros	Mil euros	Mil euros	
QREN no Alentejo	7.276	5.226.294	4.647.670	3.024.019	100,0
PO Temáticos	4.804	3.848.167	3.433.165	2.130.876	70,5%
PO Potencial Humano - FSE	3750	878.476	878.476	632.465	20,9%
PO Factores de Competitividade - FEDER	819	1.703.514	1.482.916	588.576	19,5%
PO Valorização do Território - FEDER e FC	235	1.266.178	1.071.773	909.834	30,1%
PO Alentejo - FEDER	2472	1.378.126	1.214.506	893.144	29,5%

Fonte: Observatório QREN - Informação Financeira

O valor do investimento total pode ser tomado como um indicador do impacto que o QREN está a ter nesta região, sobretudo se avaliado relativamente ao PIB regional ou à Formação Bruta de Capital Fixo na região. Desta forma verifica-se que o investimento total proporcionado pela utilização dos Programas do QREN, que se cifra em mais de 5 mil milhões de euros em sete anos, o qual em termos médios corresponde a cerca de 750 milhões de euros de investimento anual na região, valor que por si representa cerca de 6,8% do PIB médio do Alentejo e 27% do valor médio anual de Formação Bruta de Capital Fixo na região Alentejo.

Gráfico 2 - Investimento Elegível nas Operações aprovadas no Alentejo

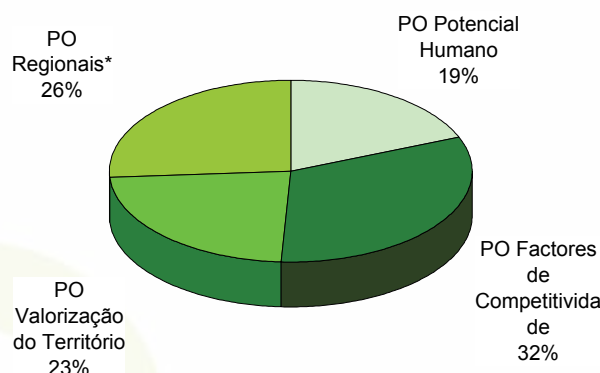
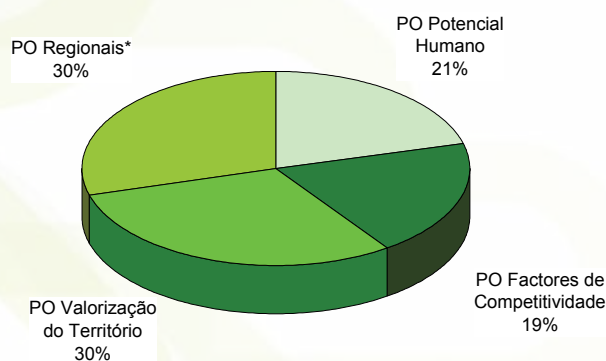


Gráfico 3 - Fundo Comunitário aprovado no Alentejo

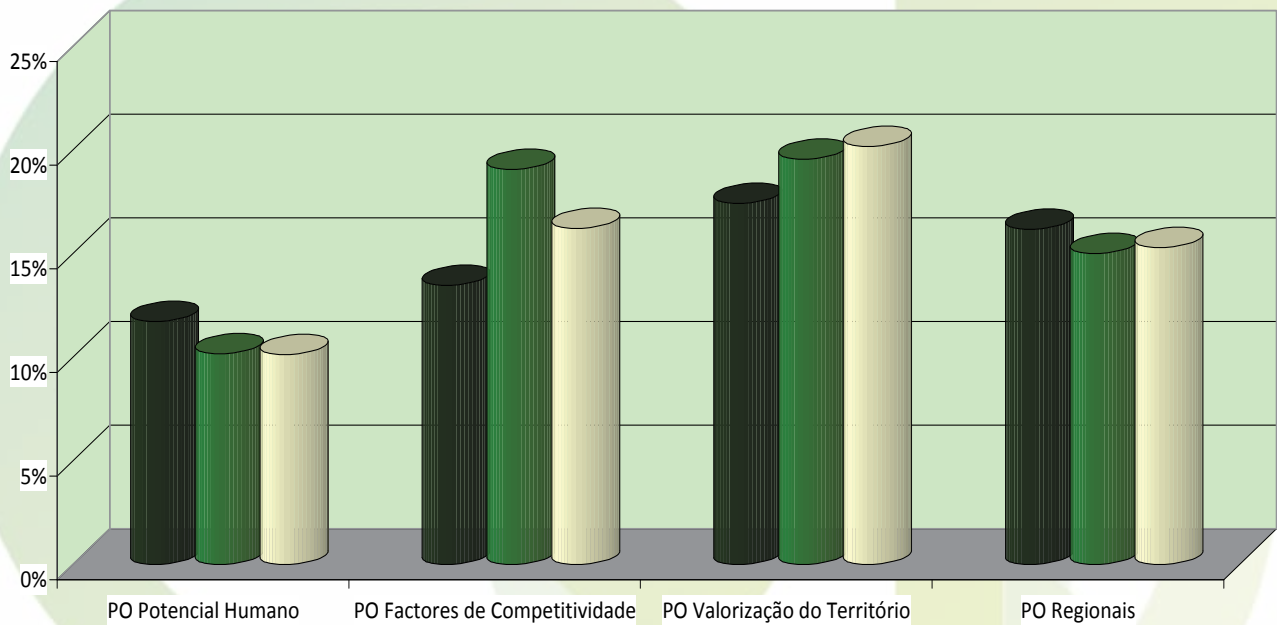


Quando se avalia o peso relativo da utilização de Fundos Comunitários dos PO's do QREN no Alentejo relativamente ao resto do País verifica-se que o POVT é o programa que assume maior peso relativo nesta região, tanto em termos de candidaturas como de investimento elegível e Fundo Comunitário aprovado, esta situação está diretamente relacionada com dimensão territorial desta região e com o facto deste PO comportar medidas relativas ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, bem como aos investimentos associados às infra-estruturas de transporte ferroviário, designadamente com a ligação Sines-Elvas.

Sines



Gráfico 4 - Candidaturas, Investimento Elegível e Fundo Comunitário no Alentejo face ao total do QREN



2. Dinâmicas de Implementação dos Fundos Comunitários no Território

Na observação dos resultados da análise da distribuição dos fundos comunitários por NUTS III, há dois factos a considerar. Primeiro na informação fornecida pelo Observatório do QREN nem todos os Programas Operacionais têm dados apurados ao nível da NUTS III. Está neste caso o POPH. Em segundo lugar, nos restantes PO's existem alguns projectos que assumem a designação de multiregiões e não regionalizáveis pelo que não podem ser distribuídos por qualquer uma das NUTS III. Pelo exposto, não é pois de estranhar que os valores resultantes do somatório das NUTS III sejam inferiores aos valores disponibilizados para o total da NUTS II Alentejo.

Esta distribuição sugere que a maior procura por apoios comunitários está residente no Alentejo Central que detém 31% das candidaturas a estes programas. Por sua vez ao nível do investimento elegível aprovado destaca-se o Alentejo Litoral que só por si conta com 25% do total, se bem que as NUTS Baixo Alentejo e Alentejo Central também estejam muito próximas com valores de 24% e 23%, respectivamente, do investimento elegível aprovado. No que respeita a fundo comunitário aprovado no âmbito das NUTS III a situação é ligeiramente diferente observando-se uma maior concentração no Baixo Alentejo e no Alentejo Central, que em conjunto representam 53% do total de apoio comunitário nas NUTS III.

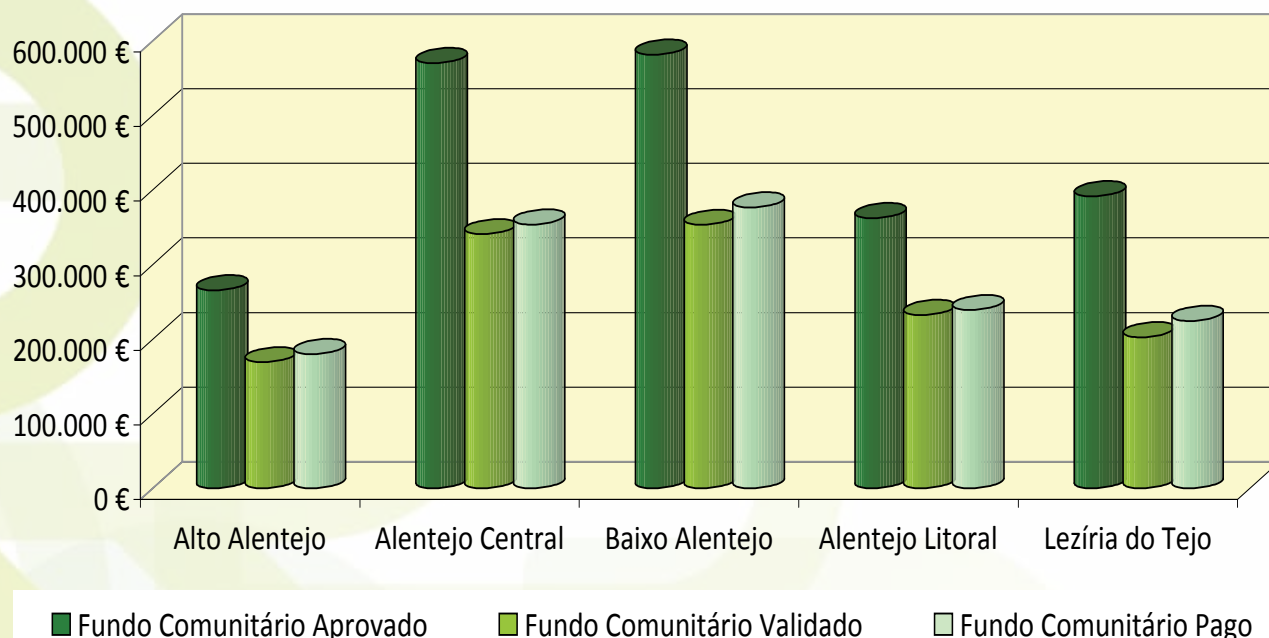
Alqueva

Quadro n.º 3 – Execução do QREN no Alentejo por NUTS III

	Número de Projectos	Investimento Elegível	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		Mil euros	Mil euros	
QREN no Alentejo	7.276	4.647.670	3.024.019	100,0
Alto Alentejo	476	379.573	265.283	8,8%
Alentejo Central	994	806.390	569.740	18,8%
Baixo Alentejo	613	843.472	581.038	19,2%
Alentejo Litoral	385	851.762	362.029	12,0%
Lezíria do Tejo	699	551.970	391.265	12,9%

Fonte: Observatório QREN - Quadro NUTS III

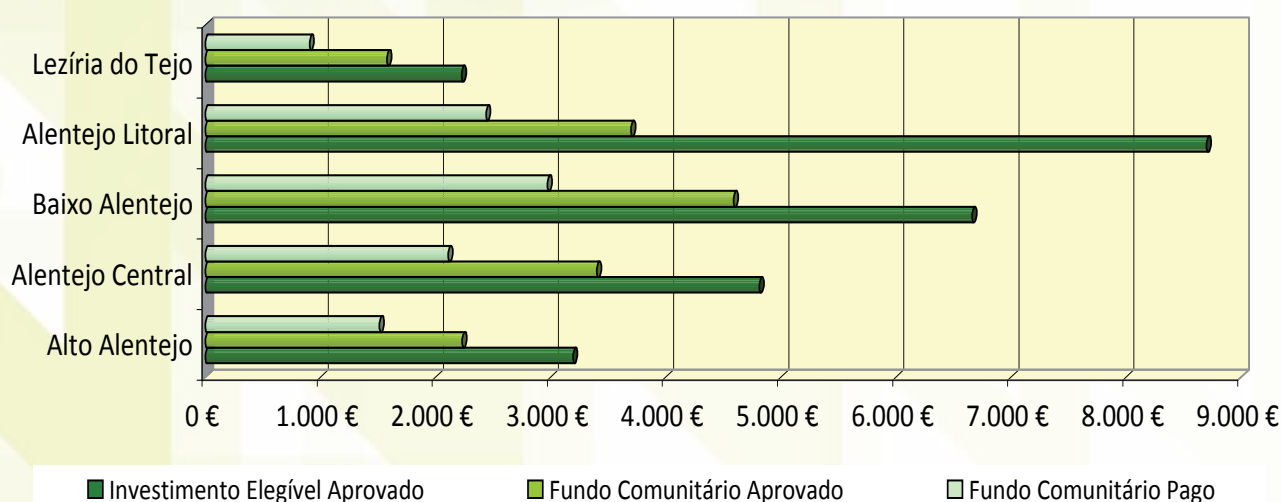


Gráfico 5 – Os Fundos Comunitários por NUTS III

Relativamente a fundos comunitários aprovados, validados e pagos a situação segue o mesmo padrão de distribuição da verificada anteriormente, uma vez que a maior parte do Fundo Comunitário aprovado, validado e pago está concentrada na NUTS III Baixo Alentejo, que apresenta valores próximos dos 27% para cada uma das categorias analisadas.

Saliente-se que em toda a região do Alentejo o nível de pagamentos excede a despesa validada em cerca de 3%, no entanto, na NUTS III Lezíria do Tejo o nível de pagamentos excede em 10% o valor da despesa validada. Para se analisar a intensidade do investimento em função da população e do território foram calculados indicadores relativos à distribuição do investimento elegível e do fundo comunitário por habitante e por Km², respectivamente.

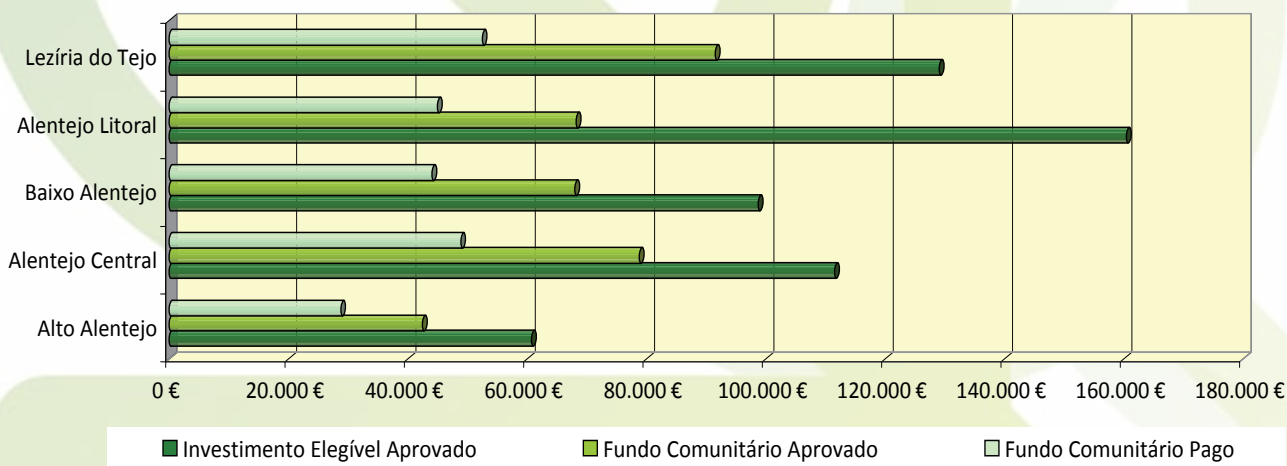
Relativamente à intensidade do investimento em função da população presente constata-se que existem algumas diferenças consoante se trate de investimento elegível, fundo comunitário aprovado e fundo comunitário pago.

Gráfico 6 – Execução do QREN por NUTS III e Habitante

Assim, constata-se que os maiores volumes de investimento elegível aprovado se situam no Alentejo Litoral com perto de 8,7 mil euros por habitante e os menores volumes ocorrem na Lezíria do Tejo com perto de 2,2 mil euros por habitante. Em contrapartida, os maiores volumes de incentivo por habitante observam-se no Baixo Alentejo com valores próximos de 4,6 mil euros por habitante, enquanto na Lezíria do Tejo ocorrem valores próximos de 1,6 mil euros por habitante. Por sua vez, no que respeita a fundo comunitário pago, o maior valor regista-se no Baixo Alentejo com valores próximos dos 3 mil euros por habitante, enquanto os menores valores observados se registam na Lezíria do Tejo com valores ligeiramente superiores a 900 euros por habitante.

Já no que respeita à intensidade do investimento em função do território, constata-se que existem algumas semelhanças entre a intensidade de aplicação quer se trate de investimento elegível, quer se trate de fundo comunitário aprovado. Já ao nível do fundo comunitário pago verifica-se uma distribuição ligeiramente diferente.

Gráfico 7 – Execução do QREN por NUTS III e Km2



Desta forma, constata-se que os maiores volumes de investimento elegível aprovado se situam no Alentejo Litoral com mais de 160 mil euros por Km2 e os menores volumes ocorrem no Alto Alentejo com valores ligeiramente superiores a 60 mil euros por Km2. No que respeita aos maiores volumes de incentivo por Km2 destaca-se a Lezíria do Tejo com valores superiores a 90 mil euros por Km2, enquanto que no Alto Alentejo ocorrem valores pouco superiores a 42 mil euros por Km2. Por sua vez, o fundo comunitário pago regista a maior intensidade no Alentejo Litoral com valores superiores a 52 mil euros Km2, enquanto que o Alto Alentejo com valores próximos aos 29 mil euros por Km2, regista os menores valores observados.

3. Alguns Impactos Previsíveis Decorrentes da Utilização dos Sistemas de Incentivos do QREN

Neste ponto e com o objetivo de avaliar alguns impactos previsíveis decorrentes da utilização de Fundos Comunitários, optou-se por proceder à análise

das candidaturas aos Sistemas de Incentivos do QREN por se considerar que estas podem refletir de forma expedita a dinâmica de candidaturas por parte das entidades privadas, bem como alguns dos impactos que as mesmas têm neste vasto território, designadamente ao nível da criação de postos de trabalho.

Quadro n.º 4 – Indicadores de Execução dos SI no Alentejo por setor de Atividade

	Número de Projectos	Investimento Elegível	Postos de Trabalho a criar	Postos de Trabalho Qualificados
		Mil euros		
SI no Alentejo	1.290	1.627.107	6.297	3.386
Comércio	264	31.662	187	163
Industria	436	1.203.782	3.420	1.576
Serviços	383	102.824	1.349	1.135
Turismo	141	275.911	1.299	497
Outros Setores	66	12.928	42	15

Fonte: SiQREN

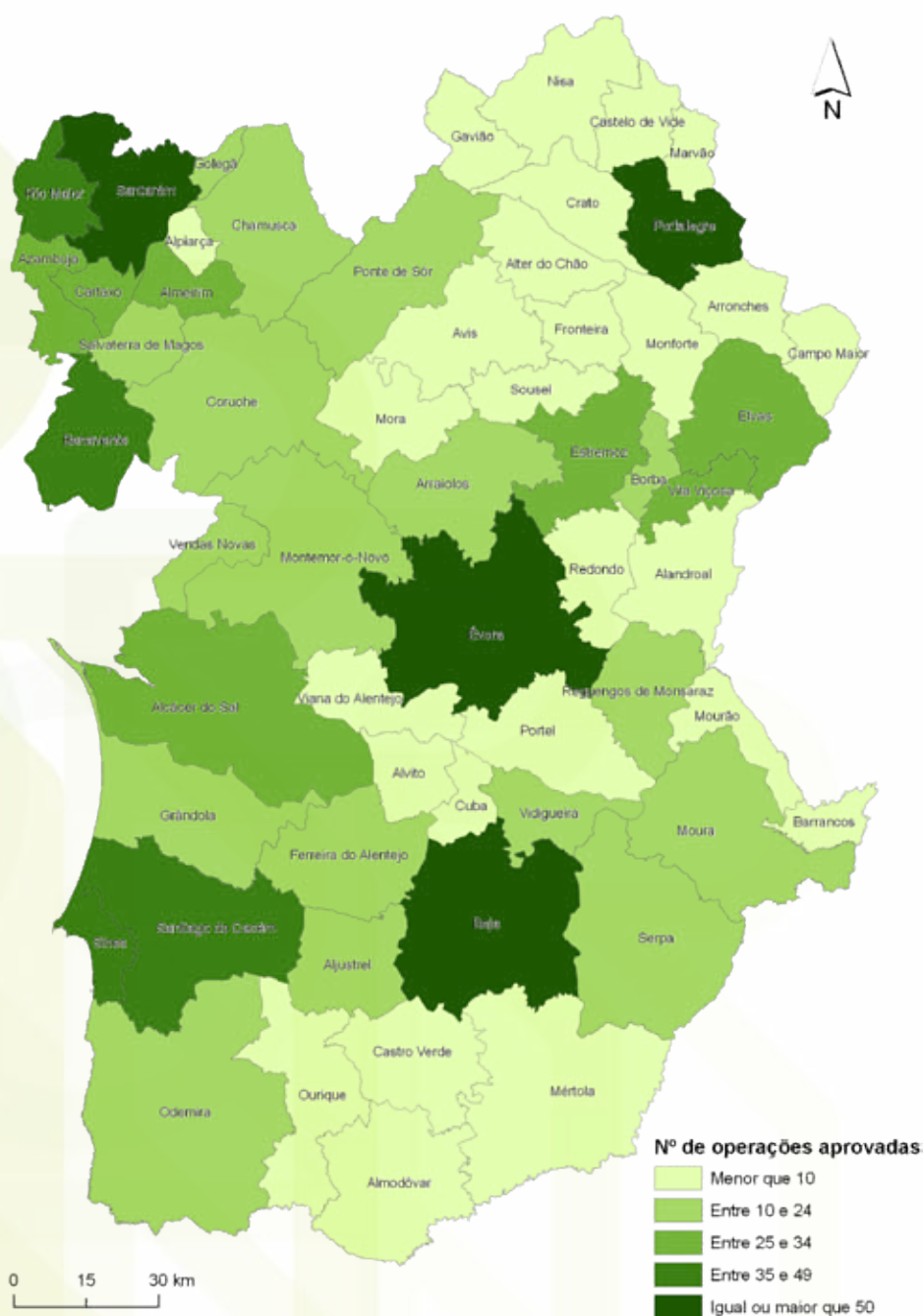
Tendo como base a informação referida e observando a distribuição dos principais indicadores analisados por setor de atividade constata-se que é no setor da indústria que se regista maior incidência de candidaturas, volume de investimento e concomitantemente de postos de trabalho a criar. Além deste, há mais dois setores que se destacam, o setor do Turismo pelo volume de investimento e pelo número de postos de trabalho que se propõe a criar e o setor dos Serviços pelo volume de postos de trabalho a criar, com particular destaque para os postos de trabalho qualificados.

Os valores analisados são claramente indicativos do direcionamento do investimento para setores bem específicos da economia regional, casos da indústria, do turismo, se bem que este apresente uma expressão menos significativa que o anterior, e ainda, do setor dos serviços, que se assume como o mais dinâmico na criação de postos de trabalho, sobretudo na inclusão de ativos qualificados.

Para se ficar com uma imagem mais precisa da incidência dos fundos comunitários e dos impactos gerados pelos mesmos no território, procedeu-se a uma análise desagregada até ao nível do concelho e representaram-se cartograficamente os resultados obtidos.

Assim verificou-se que o número de operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos (POFC + INALLENTEJO) apresenta um valor médio de 22 candidaturas por concelho. A maior parte dos concelhos da região (25) tem um número de operações aprovadas igual ou inferior a 5 e somente 17 têm um número de operações aprovadas igual ou superior ao valor médio observado e, destes apenas Beja, Portalegre, Santarém e Évora apresentam mais de 50 operações aprovadas.

Mapa 1 – Operações Aprovadas no âmbito dos SI por concelhos

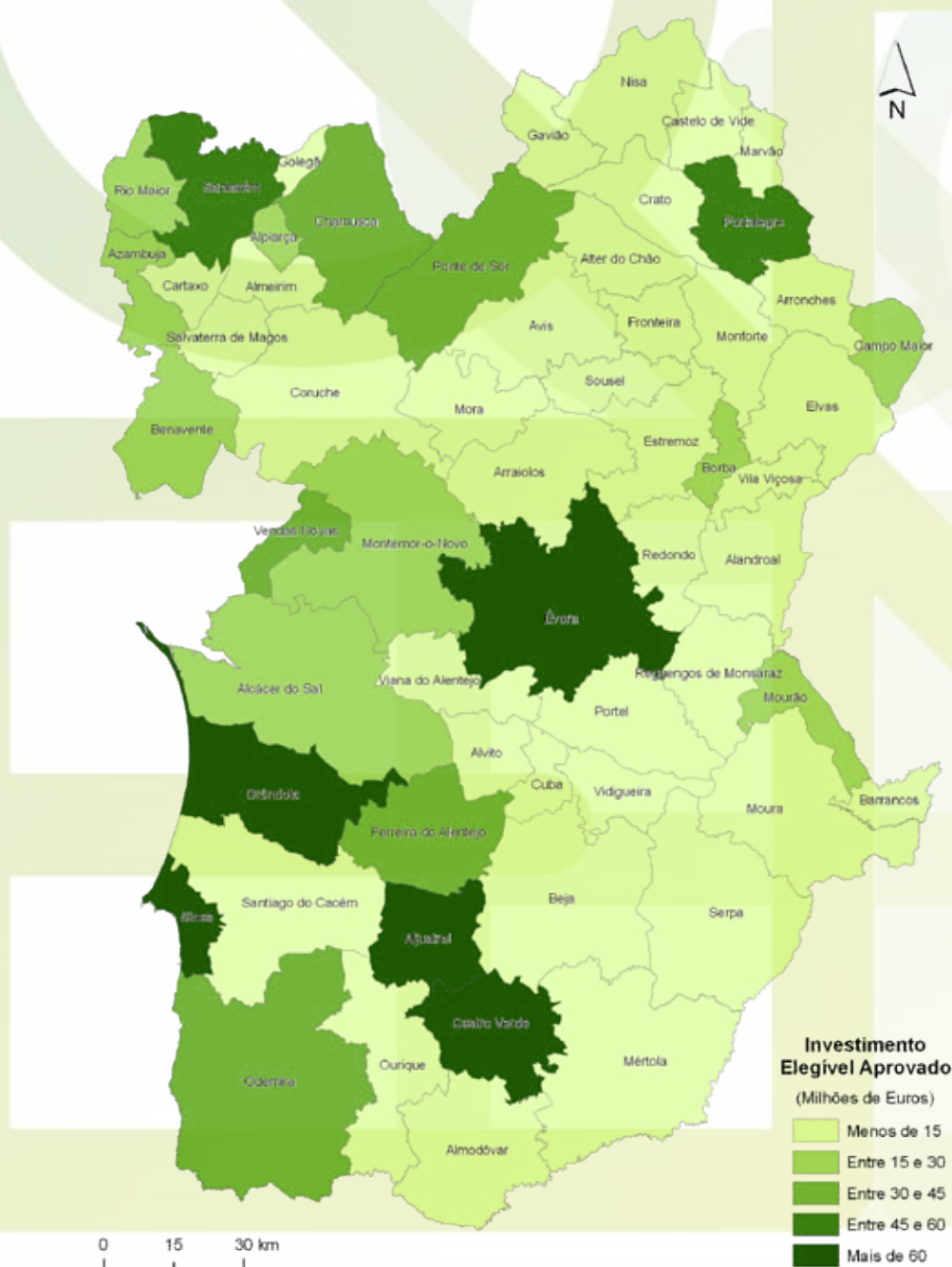


Vale do Gaio



No que respeita ao investimento elegível, a média regional é de 28 milhões de euros por concelho, havendo 12 concelhos que apresentam valores superiores à média registada e 46 com valores inferiores. Estes valores são claramente indicativos de uma distribuição assimétrica dos investimentos, na qual os maiores valores registados são normalmente coincidentes com as zonas que revelam maior dinamismo económico. De registar ainda que se verifica que existem 27 concelhos com menos de 5 milhões de euros de investimento elegível aprovado, 15 dos quais não chegam a ter 1 milhão de euros de investimento elegível, havendo um concelho (Crato) sem qualquer investimento. Em contrapartida, os cinco concelhos com maior volume de investimento superam, em conjunto, os 970 milhões de euros, com destaque para o concelho de Sines e Évora que apresentam valores de investimento elegível superiores a 400 e a 200 milhões de euros, respectivamente.

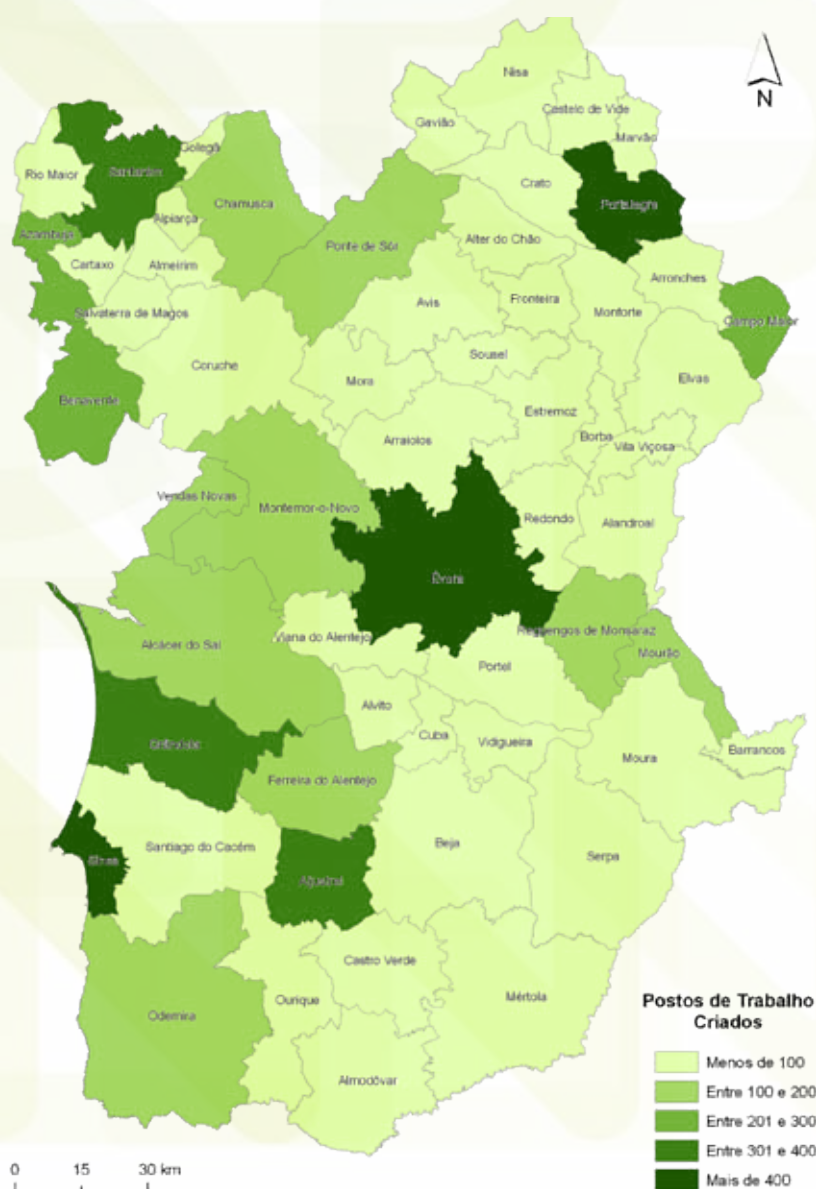
Mapa 2 - Investimento Elegível Aprovado no âmbito dos SI por concelhos



Relativamente aos Postos de Trabalho criados como resultado esperado da implementação das operações aprovadas (Mapa 3), verifica-se que dos mais de 6 mil postos de trabalho previstos, 54% correspondem a trabalhadores qualificados, além disso encontrou-se uma correlação elevada (0,73) com o investimento elegível, indiciando claramente que a criação de postos de trabalho está muito dependente do volume de investimento. À semelhança de outros indicadores, também se observa uma distribuição claramente assimétrica, com um maior número de concelhos (43) com valor inferior à média regional (109 postos de trabalho por concelho) e um menor número com valor superior (15). Constata-se também que há 20 concelhos onde se prevê que a criação de postos de trabalho seja inferior a 20, sendo, que destes, há seis nos quais não se prevê a criação de qualquer posto de trabalho.

De referir, uma vez mais, que os cinco concelhos com maior volume previsto de criação de Postos de Trabalho, em conjunto prevêem criar cerca de 2800 postos de trabalho, valor que corresponde a 44 % da previsão total de postos de trabalho a criar como resultado da implementação das operações em execução no âmbito dos SI no Alentejo. De entre todos destaca-se o concelho Évora, onde a aplicação de Fundos Comunitários no âmbito dos Sistema de Incentivos prevê a criação de mais de 1000 postos de trabalho ■

Mapa 3 - Postos de Trabalho a criar nas operações aprovadas no âmbito dos SI por concelhos



Opinião

O Alentejo tem Universidade



Prof.ª Ana Maria Costa Freitas - Reitora da Universidade de Évora

A Universidade de Évora é uma janela aberta para o mundo, implantada no Alentejo. Através dela, flui o conhecimento em que deverá assentar a inovação e a competitividade das empresas, a destreza dos serviços, a valorização dos recursos e a formação dos cidadãos. O ADN regionalista da Universidade de Évora encontra-se espelhado nas iniciativas regionais em que a sua responsabilidade é notória, como o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, o Tecnopólo de Sines e a Fundação Ammaia. A Universidade de Évora, gestora de vastas áreas agrícola, partilha as preocupações dos agricultores alentejanos, mas também nesta vertente, procura implementar soluções inovadoras. A Universidade de Évora, pretende em colaboração com outras Instituições de Ensino superior nacionais e internacionais e centros de investigação, incentivar a formação de um largo consórcio de ensino superior e de investigação, experimentação e desenvolvimento tecnológico.

Neste texto, dirijo-me particularmente aos alentejanos, quer o sejam por nascimento, ou, como eu, por adopção. Fá-lo-ei num estilo coloquial, como se de uma conversa se tratasse, com o entusiasmo, mas sentindo também o peso da responsabilidade, de quem tem em mãos o leme de uma instituição secular que se tem afirmado como fundamental para o desenvolvimento regional. Não estranhem,

portanto, que os assuntos se encadeiem e se sucedam “com cerejas”, e que deixe transparecer a minha convicção num futuro risonho, para a Região e para a sua Universidade.

A Universidade de Évora é depositária de uma vasta memória histórica, em grande parte gerada durante o período em que os jesuítas eram os principais depositários e reprodutores do conhecimento; em

parte construída nos últimos quarenta anos, após a sua restauração no âmbito da Reforma Veiga Simão. Do passado longínquo, nos orgulhamos, pois destes claustros que tão bem conhecemos, saíram mestres e discípulos que levaram com eles para a África e para a Ásia, a nossa cultura, que incluía o conhecimento científico e a mensagem de Cristo; trouxeram, de volta, o conhecimento de outros povos e de outras terras, de outras culturas... de outros credos, também. Podemos quase afirmar que foi realmente em Évora, iniciado o conceito de globalização de que hoje tanto se fala.

Há pouco mais de quarenta anos, José Veiga Simão, então Ministro da Educação do último governo de Marcello Caetano, resgatou a Universidade de Évora, dando-lhe uma nova vida sob a designação de Instituto Universitário de Évora. Anos mais tarde, em 1979, durante o Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, por iniciativa do então Secretário de Estado do Ensino Superior, Joaquim Manuel Nazareth, a Universidade de Évora recuperou a sua antiga

denominação, restabelecendo-se deste modo, uma relação, ainda que descontinuada, entre o passado, o presente e o futuro, testemunhada pelos claustros do Colégio do Espírito Santo que novamente nos acolheram.

Hoje, cerca de quarenta anos após a restauração, cabe-me pilotar a Universidade de Évora na sua viagem para o futuro!

Tenho plena consciência que entramos em mares revoltos. A bússola e o sextante de que dispomos são apenas o conhecimento e a argúcia que nos assistem, as correntes que tenderiam a arrastar-nos para longe, só poderão ser vencidas pela força de uma estratégia democraticamente edificada.

A sustentação da Universidade vem-lhe, em primeira mão, da Região em que se insere: o nosso Alentejo, mas e também pelo "nosso" Alentejo que o nosso horizonte tem que ser o mais vasto possível e a nossa estratégia nos tem que projectar para horizontes mais vastos, tal como anteriormente foi feito.



Foto 1

Alguns gostariam de ver a Universidade aprisionada nas malhas sociais e culturais da Cidade; gostariam que a Universidade se assumisse como uma instituição regional; quiçá, eborense! Mas não pode ser assim, isso seria contrário ao próprio conceito de universidade. Se a Universidade de Évora aceitasse esse desígnio, negar-se-ia enquanto instituição universal, por definição. Universal pelo acesso de que goza, sem fronteiras, a todo o conhecimento produzido no Mundo; universal pela liberdade de utilizar, sem direitos alfandegários, esse conhecimento para produzir novo conhecimento e para desenvolver novas tecnologias e novas expressões artísticas; universal ainda por ser um pólo de atracção das gentes vindas de todos os azimutes, que aqui procuram a sua qualificação académica ou profissional. Foi assim no passado longínquo; é assim agora quando os claustros são frequentados por alunos de dezenas de nacionalidades, diversos idiomas e etnias.

É precisamente por ser universal, que a Universidade de Évora constitui uma mais-valia para a Cidade

e para a Região, actuando como um estímulo para a concentração empresarial e assumindo-se como um incomparável motor do desenvolvimento cultural; mas é também, um estandarte que sinaliza a Cidade de Évora e o Alentejo no Mundo inteiro.

O presente é caracterizado, entre outros aspectos, pelo paradigma do trabalho em parceria. Apontam nesse sentido as políticas e os seus instrumentos de financiamento; mas também o bom senso e a necessidade de introduzir maior eficiência na gestão dos recursos. Foi a multidisciplinaridade que esteve por trás da aposta ganhadora que hoje é o laboratório Hércules, que cruza os saberes das ciências exactas e naturais com as históricas, arqueológicas e mesmo artísticas, uma mais valia indiscutível já reconhecida nacional e internacionalmente. Foi também seguindo o princípio do trabalho em parceria que, por nossa iniciativa, se lançou o processo tendente à criação do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, e a rede regional de transferência de tecnologia. Será provavelmente assim também se se concretizar o desígnio de criação do modelo

Foto 2





Foto 3

de consórcio entre a Universidade de Évora e outras instituições nacionais, regionais ou internacionais. Na verdade, o consórcio que se vier a constituir deve proporcionar uma melhor gestão da oferta formativa considerada nos seus três patamares (licenciatura, mestrado e doutoramento), uma gestão conjunta dos recursos humanos, incluindo a sua formação académica e progressão nas carreiras, uma eventual partilha de serviços e, sobretudo, uma dimensão acrescida que proporcionará uma maior visibilidade mundial.

A visibilidade mundial é importante porque as instituições de ensino superior assentam as suas políticas na internacionalização: quer na formação das equipas de investigação científica ou artística, de experimentação e de desenvolvimento tecnológico, quer na captação de novos públicos, quer no acesso aos programas de financiamento, quer, inclusivamente, na adopção de novos métodos de trabalho. As parcerias não são exclusivas; pelo contrário, estabelecem-se em planos diferenciados, segundo geometrias variáveis. Nesse sentido, equaciona-se,

no presente, uma parceria estratégica, transfronteiriça, com a Universidade da Extremadura (Badajoz) para oferta de formações conjuntas. Este modelo de formação é particularmente atractivo para públicos da América do Sul, da África lusófona e mesmo para os países do Magrebe, pela perspectiva que encerra de acesso a vastos mercados de trabalho. A complementaridade das duas universidades é notória em diversos domínios, podendo a Universidade de Évora oferecer valências que estão completamente ausentes na Extremadura espanhola como é, por exemplo, o acesso ao mar.

O acesso ao mar leva-nos, nesta “conversa”, a abordar um aspecto muito actual: a extensão e a exploração da plataforma continental. Com a consciência da importância do mar para a nossa economia e contrariando a visão habitual que concebe o Alentejo como território “interior”, a Universidade de Évora criou, no final do século passado, o Polo de Sines no qual desenvolveu o Laboratório de Ciências do Mar (CIEMAR). Com o apoio da Administração do Porto de Sines e da Câmara Municipal de Sines,



Foto 4

estão agora reunidas condições que permitem antever a edificação de novas instalações para o Laboratório de Ciências do Mar, que suportem vantajosamente o trabalho das equipas de investigação científica e favoreçam uma maior divulgação, junto da população, das potencialidades económicas que o mar encerra. Estou convicta de que, estando presente no “Grupo de Missão” que estudou e propôs a extensão plataforma continental, a Universidade de Évora terá uma palavra a dizer no que respeita à exploração dos recursos diversificados que o oceano nos reserva. Também com esta valência, não só ganharemos todos, nos tornaremos parceiros preferenciais em redes diversas.

Embora sejam cruciais para o desenvolvimento do País, os recursos marinhos não são os únicos que importa valorizar. O Alentejo oferece-nos uma vasta panóplia de recursos, quer naturais, como a água, o sol, as rochas e os minérios, mas também a biodiversidade, quer patrimoniais que testemunham a profundidade histórica do território e das suas gentes. Em todos estes campos, há possibilidade de fomentar o surgimento de empresas e de empregos, e o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo e o Tecno pólo de Sines, alinhados na perspectiva traçada pelo Plano Operacional do Alentejo, oferecem as condições para a incubação e desenvolvimento de empresas inovadoras nos mais diversos domínios, nomeadamente na fileira agrícola.

A agricultura é uma das áreas fundacionais da Universidade de Évora, que mobiliza a vontade de inovação pela incorporação da investigação científica, da experimentação e do desenvolvimento tecno-

lógico. Dispomos para isso de Herdades Experimentais que com cerca de 1.400 ha, oferecem as condições ideais para a produção de novas culturas, a introdução de novas tecnologias de regadio, a criação de novas pastagens certificadas do ponto de vista da fixação do carbono, sem esquecermos o papel importante que a Universidade tem tido na consciencialização da necessidade de um uso eficiente dos factores de produção e na introdução de novos modelos de mecanização.

Finalmente, as Artes, longe de serem “a cereja em cima do bolo” como alguns teimam em sugerir, têm igualmente vindo a afirmar-se e são hoje uma marca da Universidade de Évora que, ao seu modo, têm igualmente contribuído para o reconhecimento quer da Universidade quer da região. Somos a única Universidade com este modelo de escola e é já parte da nossa identidade sendo certo que o cruzamento de saberes entre escolas e entre instituições diversas se deve manter e tem que ser cada vez mais fomentado.

Temos que ser eficientes no que fizermos e temos que garantir que o que fazemos estará alinhado com a estratégia RIS3 desenhada para a região. Nós acreditamos que poderemos contar com a Região, mas é importante que o Alentejo saiba que pode contar com a Universidade de Évora e que a deve estimular, e “desafiar”, para que dê as respostas, pertinentes, necessárias ao seu desenvolvimento.

Todos somos poucos para os desafios que nos esperam. Contem a Universidade nós contaremos convosco! ■



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 30-06-2014

Desde o início do Programa, até ao final do período em apreço, foram aprovadas 51% das candidaturas apresentadas ao Programa Operacional Regional.

No contexto do acompanhamento trimestral ao Programa Operacional da Região, e dado o momento de execução do mesmo, apresenta-se a situação ao nível das candidaturas ao INALENTEJO.

Assim, das 4406 candidaturas apresentadas ao Programa Operacional Regional, desde o início do Programa, ao que corresponde um valor total de investimento de 3.352.243.021 €, foram aprovadas 2246, encontrando-se 85 em processo de aceitação e 9 em análise de mérito.

Acompanhamento das Candidaturas

tipologia de operação		Nº
Estado das Candidaturas / Operações	Entradas	4.406
	Em Aceitação	85
	Não Aceites / Não Aprovadas	1.223
	Em Análise de Mérito	9
	Aprovadas	2.246
	Rescindidas	263
	Desistidas / Anuladas	558
	Concluídas	205

É de salientar o facto de 1223 candidaturas (28%) não terem sido aceites ou não terem sido aprovadas e 558 terem sido desistidas ou anuladas, encontrando-se as restantes (cerca de 10%) em situações diversas, conforme consta da tabela sobre o acompanhamento das candidaturas.

O Fundo Executado teve uma variação positiva de 43,8% face ao valor verificado no período homólogo e de 5,2% face ao trimestre anterior

O valor do Fundo aprovado, face ao valor disponível para o período de vigência do Programa, revela um overbooking de 73,4 milhões de euros, tendo no entanto, sido já verificada uma variação negativa deste valor de 0,3% face ao trimestre anterior, provavelmente devido a candidaturas desistidas ou anuladas, sendo expectável que esta situação se venha a verificar de forma mais acentuada até ao final do período de execução do QREN, no contexto da gestão do overbooking.

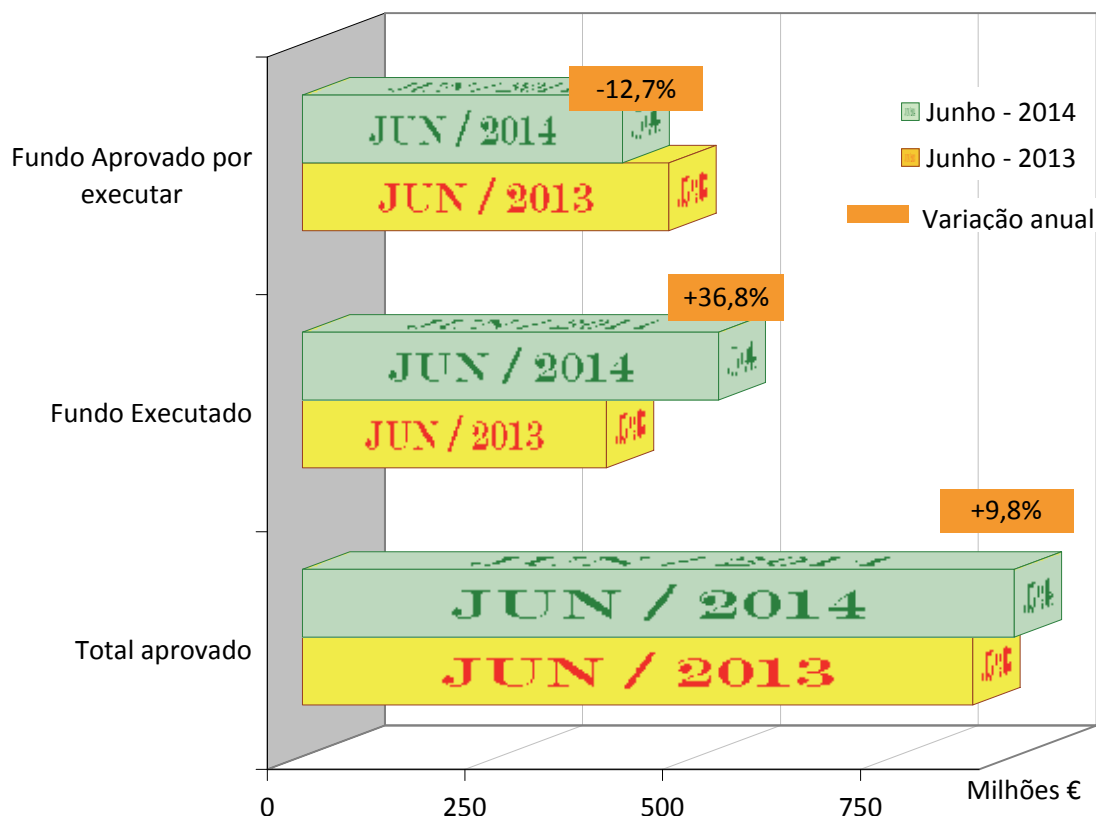
Valores do Fundo Comunitário - Junho 2014 vs Março 2013 e Junho de 2013

Valores do Fundo Comunitário	Jun -14 Milh. Euro	Mar -14 Milh. Euro	Junho -13 Milh. Euro	Variação Trimestre (%)	Variação anual homóloga (%)
Dotação do fundo	853,9	853,9	853,9		
Investimento elegível	1.256,6	1.266,2	1.196,3	-0,8	5,0
Fundo Aprovado	927,3	930,3	875,5	-0,3	5,9
Fundo Executado ⁽¹⁾	553,1	525,9	384,7	5,2	43,8
⁽¹⁾ Fundo Validado + Adiantamentos certificáveis					
Fonte: INALENTEJO 31-06-2014					

O fundo executado, face à dotação para a região, passou de cerca de 62% no trimestre anterior para cerca de 65% no trimestre em análise, pese embora, no caso de termos como referência o valor do Fundo já aprovado, o fundo executado passe a representar 57% no primeiro trimestre e 60% no segundo.

Tendo em conta os valores apresentados, o Fundo aprovado por executar, entre Junho de 2013 e Junho de 2014, teve uma variação de -12,7%. O Fundo executado, no mesmo período, variou de +36,8%.

Valores do Fundo Comunitário - Junho-2014 vs Junho -2013



Tendo em conta o valor da dotação, o valor do Fundo por executar, é de 300,8 milhões de euros.

A Taxa de realização teve uma variação positiva de 20,4%, face ao período homólogo e de 5% face ao trimestre anterior

Indicadores de gestão - Variação Trimestral e Anual Homóloga

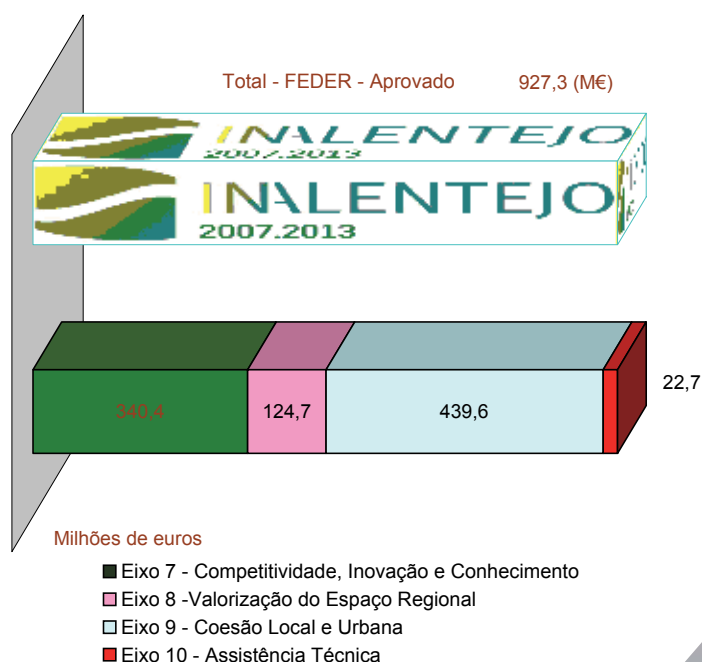
Indicador	Junho 2014	Março 2014	Junho 2013	Variação Trimestre	Variação anual Homóloga
	%	%	%	%	%
Taxa de Compromisso (AP/PR)	108,6	108,9	102,5	-0,3	5,9
Taxa de Realização (VA/AP)	58,8	55,7	48,8	5,6	20,4
Taxa de Execução (VA+AC)/PR	64,6	61,6	51,1	5,0	26,4
Fonte: INALENTEJO 31-06-2014					
AP - Aprovado; PR - Programado; VA - Validado; AC - Adiantamentos certificáveis					

No que concerne aos indicadores de gestão é de salientar o acréscimo da taxa de execução do programa em Junho de 2014 que assume o valor de 64,6%, com uma variação positiva de 26,4% e a taxa de compromisso com um valor de 108,6%. Esta, reflecte a situação de overbooking já referenciada anteriormente. Quanto à taxa de realização, também com evolução positiva, assume o valor de 58,8%.

O Fundo Aprovado, ao longo dos trimestres, vem mantendo o posicionamento relativo entre os eixos

O valor aprovado apresenta uma continuidade ao longo dos vários períodos de análise, mantendo a posição relativa entre os vários eixos.

Fundo aprovado, por Eixo



Os investimentos em Infra-estruturas e no sector Produtivo ocupam os lugares mais relevantes, quer no que concerne ao volume do investimento elegível, quer no que respeita ao volume do fundo

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento

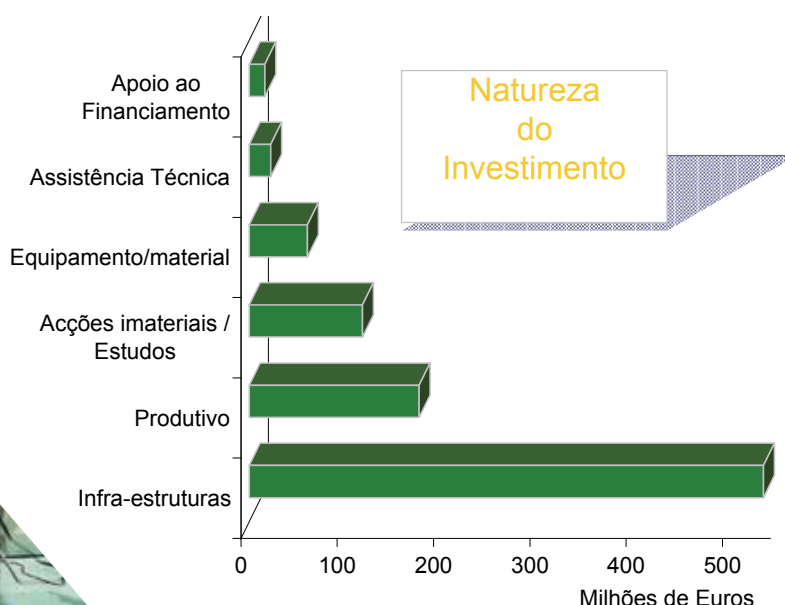
Natureza do investimento	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.256,6	927,3	100,0	100,0	552,0	100,0
Infra-estruturas	650,5	534,2	51,8	57,6	358,8	65,0
Equipamento/material	75,8	60,4	6,0	6,5	36,0	6,5
Acções imateriais / Estudos	172,2	117,5	13,7	12,7	48,8	8,8
Assistência Técnica	26,2	22,3	2,1	2,4	11,8	2,1
Apoio ao Financiamento	26,8	16,4	2,1	1,8	16,2	2,9
Produtivo	305,1	176,4	24,3	19,0	73,6	13,3

Fonte: INALENTEJO 31-06-2014

É de salientar que 65% do Fundo executado refere-se às infraestruturas e 13,3% ao sector produtivo. Isto significa que o investimento elegível aprovado para infra estruturas atingiu 650,5 milhões de euros e o investimento aprovado para o setor produtivo 305,1 milhões de euros.

As acções imateriais e os estudos representam 8,8% do Fundo executado, sendo o investimento elegível aprovado no valor de 172,2 milhões de euros ■

Fundo aprovado, por natureza do investimento - Jun 2014



Reunião da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO

Decorreu em Évora, no dia 17 de junho de 2014, a 11.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO - Programa Operacional Regional do Alentejo.

Presidida pelo Gestor do Programa Operacional e composta por um leque de elementos que abrange representantes da Comissão Europeia, da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional, da Autoridade de Certificação do FEDER, da Administração Central do Estado, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dos Municípios da Região e suas Associações, dos Organismos Intermediários com os quais a Autoridade de Gestão estabeleceu contratos de delegação de competências, bem como dos diferentes setores económicos, sociais, científicos e associativos regionais, este órgão do INALENTEJO tem por atribuições assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa.

Da respetiva ordem de trabalhos da 11.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO, destaca-se a apreciação do Relatório Anual de Execução de 2013 do Programa Operacional, bem como um ponto de situação a 15/06/2014 da execução do mesmo. A dinâmica de candidaturas e de execução do Programa revelavam no final de 2013 um incremento muito significativo, sendo de reter globalmente os seguintes números:

- **2.253** operações aprovadas;
- **893** milhões de euros de fundo comunitário FEDER aprovado;
- **559** milhões de euros de fundo comunitário FEDER pago;
- **1.000** operações aprovadas de empresas;
- **1.983** postos de trabalho diretos criados.

A taxa de execução do INALENTEJO a 15/06/2014 era de 64%, dando garantia do cumprimento para 2014 da regra N+2, vulgarmente apelidada por regra da “guilhotina”, ou seja, dando garantia de que não haverá corte de verbas face ao negociado no início do quadro comunitário. Por sua via, a taxa de compromisso reportada a 15/06/2014 era de 109%, o que constitui uma “almofada” financeira que permite crer que o Programa não desperdiçará verbas, relativamente à programação inicial. Ainda no ponto de situação à mesma data, regista-se que a taxa de

pagamento é praticamente igual à taxa de execução. Destaca-se ainda outro ponto da ordem de trabalhos, centrado na apreciação da proposta de reprogramação do INALENTEJO, com mobilização de verbas entre Eixos do Programa, no sentido de reforçar o Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional, permitindo assegurar a conclusão da rede secundária de rega do Alqueva, no atual período de programação, ou seja, durante o ano de 2015, sendo que se trata de um projeto estratégico não só para a Região Alentejo, mas também para o próprio país.

Para assegurar a conclusão da rede secundária de rega do Alqueva estarão envolvidas verbas de 76 milhões de euros, a ser financiados no âmbito do INALENTEJO através do FEDER, e 89 milhões de euros através do POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território. Este apoio sustentado através dos fundos comunitários, resulta de um compromisso assumido entre o Governo Português em articulação com a Comissão Europeia – DG REGIO – e vai permitir a infraestruturação de cerca de 120 mil hectares, sendo de realçar que não implica qualquer prejuízo para os demais agentes da Região.

Numa fase em que a definição do novo período de programação 2014-2020 está na ordem do dia, suscitando o interesse crescente dos mais diversos agentes, foi ponto assente na reunião, a importância da focalização no atual período de programação do QREN, de modo a garantir o encerramento em tempo oportuno e eficaz do Programa Operacional Regional do Alentejo, utilizando os fundos existentes da melhor forma possível ■



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Investimentos em destaque

Beneficiário:

Município de Avis

Código da Operação:

ALENT-08-0347-FEDER-000068

Designação da Operação:

Instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis - 1ª Fase

Concelho (Localização Física da Operação):

Avis

Regulamento:

Património Cultural

Investimento Elegível Aprovado:

927.985,60 euros

FEDER Aprovado:

788.787,76 euros

Descrição:

Naquela que foi outrora Sede da Ordem Militar de São Bento de Avis, detentora de um passado histórico de extraordinária riqueza, do qual subsistem vários testemunhos até aos dias de hoje, a criação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis proporcionará a todos os visitantes uma visão global e uma melhor compreensão do que foi, e do que é, a história da vila de Avis e do próprio concelho, e simultaneamente da Ordem Militar que partilha o seu nome. Constituem objetivos fundamentais deste projeto:

- A qualificação e diversificação da oferta de turismo cultural no Concelho;
- A dinamização da atividade económica, captando novos residentes, visitantes, públicos e mercados externos que absorvam os produtos locais;
- O aproveitamento das potencialidades e das oportunidades existentes com a criação de um polo de desenvolvimento local e regional;
- A fixação da população residente, nomeadamente dos jovens oriundos do concelho, criando oportunidades de emprego qualificado;
- A preservação do património histórico e arquitetónico constituído pelo Convento de São Bento de Avis;
- A recuperação da fração do Convento situada no topo norte do Claustro Novo do Mosteiro.

Instalado numa área do Mosteiro de S. Bento de Avis, edifício de grande significado histórico e cultural, classificado desde há muito como Imóvel de Interesse Público, o Centro Interpretativo da Ordem

de Avis pretende divulgar o conhecimento científico e promover o património cultural associado à mesma Ordem, num projeto integrado de salvaguarda, valorização e animação do património de forma sustentável.

A implementação deste projeto, com componentes de carácter material e imaterial, inclui em termos gerais a adaptação de dependências do Mosteiro de São Bento de Avis à instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis, a criação e dinamização supra municipal da Rota da Ordem de Avis, bem como a criação da exposição permanente do espólio documental e edição de publicações específicas sobre a Ordem e a história de Avis.



Beneficiário:**Torre de Palma, Lda.****Código da Operação:****ALENT-07-0403-FEDER-017842****Designação da Operação:****Hotel Rural Torre de Palma****Concelho (Localização Física da Operação):****Monforte****Regulamento:****Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva****Investimento Elegível Aprovado:****2.687.978,00 euros****FEDER Aprovado:****2.015.984,00 euros****Descrição:**

O Projeto de investimento que tem como objetivo a criação de uma unidade hoteleira de 5 estrelas, perto da aldeia de Vaiamonte, no concelho de Monforte, em pleno meio rural alentejano.

Com os seus primórdios a remontarem ao ano de 1338, o cenário oferecido por esta propriedade senhorial agora recuperada, permite que a tradição se funda com o arrojo da moderna arquitetura e de conceitos de turismo contemporâneos.

Este hotel rural de 5 estrelas pretende funcionar de forma integrada com as variadas atividades rurais, destacando-se a equitação, a vinha, o cultivo de árvores de fruto, a horta biológica entre os quais a produção de legumes, ervas aromáticas e uma linha própria de produtos gourmet (mel, compotas, geleias, chás).

Para além de sala de refeições, sala de estar, sala de lareira, zona de garrafeira e prova de vinhos, piscinas exteriores de adultos e crianças, sala de bilhar, sala de jogos, sala de estar com bar, este empreendimento engloba ainda um SPA (sala de massagens, sauna, piscina interior com zona de hidromassagens).

De futuro há a possibilidade de em consonância com a estrutura hoteleira, ser dinamizado um SPA Termal de Vinoterapia. As ruínas romanas situadas na proximidade do empreendimento demonstram claramente que em épocas passadas existiram balneários termais que serviam para fins terapêuticos, situação esta reforçada pela proximidade com as Termas de Cabeço de Vide.

O Hotel Rural Torre de Palma vem proporcionar uma oferta de novos bens e serviços, contribuindo assim para a consolidação de fluxos turísticos na região ■







Linha férrea - Gavião



